

Caiu a máscara na Câmara Federal: Bolsonaroistas se unem ao crime organizado contra Polícia Federal



Unicef: Israel bloqueia 1 milhão de seringas para a vacinação de crianças em Gaza

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) afirmou na terça-feira (11) que itens essenciais necessários para uma campanha de vacinação infantil e para combate à fome estão sendo impedidos de entrar em Gaza por Israel, inclusive seringas para vacinar crianças e mamadeiras. 1,6 milhão de seringas estão bloqueadas desde agosto, advertiu a Unicef, assim como as geladeiras movidas a energia solar usadas para armazenar os frascos de vacina. **Pág. 6**

Tarcísio esquece a pandemia e quer fechar fábrica de remédios gratuitos

O SindSaúde-SP denunciou o projeto de lei complementar (PLC) 49/2025 do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que propõe o fechamento da Fundação para o Remédio Popular (FURP) e a transferência de seus ativos. A FURP produziu mais de 370 milhões de medicamentos nos últimos 12 meses. **Página 4**

Rei da poluição ataca COP 30 e leva resposta de Helder Barbalho

O governador do Pará, Helder Barbalho, respondeu, no domingo (9), à provocação feita pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que uma rodovia teria sido aberta na Amazônia para que os ambientalistas pudessem chegar à COP de Belém. “Em vez de falar de estradas, o presidente norte-americano deveria apontar caminhos contra as mudanças climáticas”, rebateu o governador Helder Barbalho, sobre provocação do recalcado à estrada amazônica. **Pág. 3**



Eles tiveram que recuar, mas deixaram claro que objetivo era travar a PF

Secretário de Segurança do governo Bolsonaro de SP, Guilherme Derrite, se licenciou do cargo para deturpar o projeto antifacção do governo Lula. O presidente mandou o projeto ao Congresso para endurecer as penas dos chefes das facções. Derrite saiu rapidamente em campo para impedir que a PF investigasse os criminosos. A ligação entre o Bolsonaroismo e o crime organizado é notória. O traficante de armas do Comando Vermelho, “TH Joias” é ligadíssimo a Cláudio Castro, no Rio. O tesoureiro do mesmo Comando Vermelho, Gabriel Dias de Oliveira, também se reunia com o secretário de Castro. **P.3**

Ata do BC afirma que vai seguir asfixiando país por muito tempo



“A emergência climática é uma crise de desigualdade”, afirmou o presidente Lula na abertura da COP30

Lula defende na COP ‘transição justa’ para beneficiar Sul Global

O presidente Lula defendeu na segunda-feira (10), durante a abertura da 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC, sigla, em inglês) que “uma transição justa precisa contribuir para reduzir as assimetrias entre o Norte e o Sul Global, forjadas sobre séculos de emissões. A emergência climática é uma crise de desigualdade. Ela expõe e exacerba o que já é inaceitável. Ela aprofunda a lógica perversa que define quem é digno de viver e quem deve morrer”. Segundo Lula, a governança global precisa contribuir para uma transição justa que beneficie as economias de baixo carbono, evitando, assim, um colapso climático planetário. “Mudar pela escolha nos dá a chance de um futuro que não é ditado pela tragédia”, disse. **Pág. 3**

O Banco Central (BC) mantém-se aferrado aos desastrosos dogmas neoliberais e afirmou, em ata divulgada na terça-feira (11), que pretende manter a taxa Selic em 15% ao ano por período “bastante prolongado”. Mesmo com a inflação em outubro tendo sido a menor em 27 anos, o juro segue sendo o maior em quase duas décadas. O objetivo declarado seria alcançar a meta de inflação de 3,0%. O plano verdadeiro é impedir que a população possa consumir e que os investimentos públicos sejam paralisados para não atrapalharem a drenagem de lucros para os bancos e agiotas. **Pág. 2**

Faturamento da indústria de transformação cai 1,3% no mês

O faturamento real da indústria de transformação recuou 1,3% em setembro deste ano, segundo indicadores da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados na última sexta-feira (7). Em agosto, o faturamento já havia encolhido 5,2%. Frente a setembro de 2024, o indicador registra um recuo de 3,2%. Frente a setembro de 2024, o recuo foi 3,2%. **Página 2**

“Eduardo Bolsonaro está falando merda lá nos EUA”, afirma governador do MT

O governador Bolsonaro do Mato Grosso, Mauro Mendes (União), afirmou que o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) “enlouqueceu” e está “longe da realidade” por morar nos EUA e defender as medidas do governo Trump contra o Brasil. “Fez uma lambança gigante quando ele defendeu o tarifaço do Trump”, disse. “O3” respondeu e disse que Mendes é um “bosta” e “frouxo”. **Pág. 3**

Total de famílias endividadadas atinge 79,5%, mais de 30% inadimplentes, mostra CNC

O nível de endividamento das famílias no Brasil atingiu no último mês de outubro 79,5%, avançando desde fevereiro deste ano.

É o maior percentual da série histórica desde 2010. Os dados são da “Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor” (Peic) de outubro, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O endividamento pesquisado é aquele derivado principalmente do cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

A análise da série histórica desde de 2015 traz também uma informação relevante. Ao comparar o nível de endividados de 57,5% em janeiro de 2015 aos 79,5% de outubro de 2025, tivemos uma variação de 38%.

Acompanhando esses patamares preocupantes de endividamento soma-se outros fatores muito desfavoráveis. A inadimplência registrada em outubro atinge 30,5% dos entrevistados e são 13,2% das famílias que declararam não ter conseguido pagar alguma dívida no mês.

O percentual de famílias inadimplentes por mais de 90 dias avançou de 48,7% para 49,0%, o maior nível desde dezembro de ano passado de 49,2%, fazendo os juros aumentar ainda mais o endividamento.

“Nem mesmo o bom momento do mercado de trabalho tem sido suficiente para conter o avanço na inadimplência, tamanho o patamar atual dos juros. Nesse cenário, o comércio já sente desaceleração das vendas, uma vez que as famílias se veem obrigadas a promover ajustes no orçamento para se adaptar a essa realidade”, apontou Fábio Bentes economista-chefe da CNC, em nota.

“Mesmo que ocorra uma redução da taxa básica de juros, leva um tempo entre a decisão do Copom [Comitê de Política Monetária] e o comportamento das taxas de juros ao consumidor na ponta, que é o que faz diretamente o endividamento e a inadimplência crescerem”, disse em entrevista para o site Poder360. Considerando ainda que há uma tendência de que o endividamento e a inadimplência permaneçam altos até o final do ano.

A proposta da manutenção da taxa Selic em 15% pelo Banco Central (BC) na semana passada, Bentes afirmou também que com os juros altos, o crédito mais caro e a inadimplência em alta, que já atinge 30,4% das famílias, o consumo das famílias tem diminuído. Com 80% das famílias endividadadas os consumidores têm adiado compras e reduzido gastos.

“Os empresários enfrentam desaceleração nas vendas, aumento de estoques e necessidade de cortes de custos”, afirmou ainda.

No acumulado até setembro, o setor de comércio criou 138 mil postos de trabalho, queda de 21,3% em relação a 2024, um reflexo direto da desaceleração da economia. “Os consumidores estão retraindo gastos e a confiança futura na situação financeira caiu drasticamente. O cenário pode levar ao fechamento de negócios mais vulneráveis e a uma pressão contínua sobre a rentabilidade do setor como um todo”, conclui Bentes.

A CNC projeta que o endividamento aumente em 3,3 pontos percentuais até o fim deste ano em relação ao patamar que encerrou 2024, enquanto a inadimplência subiria 1,5 ponto percentual. Segundo a CNC, o resultado da pesquisa sugere impactos desfavoráveis nas vendas do comércio para a Black Friday e o Natal.

Inflação e juros, por Paulo Kliass



Jane Araújo



Lula Marques/Agência Brasil

Ata do Banco Central afirma que seguirá asfixiando o país por um longo tempo

O Banco Central (BC) mantém-se aferrado aos desastrosos dogmas neoliberais e afirmou, em ata divulgada nesta terça-feira (11), que pretende manter a taxa Selic em 15% ao ano por período “bastante prolongado”. O objetivo seria alcançar a meta de inflação de 3,0%. O plano verdadeiro é impedir que a população possa consumir e que os investimentos públicos sejam paralisados para não atrapalharem a drenagem de lucros para os bancos e agiotas.

Mesmo com o IPCA tendo ficado em 0,09% em outubro, o menor índice desde 1998, segundo dados divulgados nesta terça-feira (11) pelo IBGE, os lunáticos do BC seguem aumentando os juros reais e estrangulando a economia do país. Segundo o mesmo IBGE, a produção industrial apresentou taxas negativas em 6 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE em setembro, na comparação com agosto, puxando o resultado negativo (-0,4%) da indústria nacional.

Na contramão do mundo, o documento do BC afirma que o cenário inflacionário futuro continua desafiador. Faz isso mesmo sendo obrigado a reconhecer “uma moderação gradual da atividade e certa redução da inflação corrente e das expectativas inflacionárias”. Ou seja, o BC só se move para subir os juros, quase nunca para baixar. Qualquer elevaçãozinha de inflação gera uma alvorço pela alta dos juros, mas, ao contrário, como agora, quando a inflação cai – e já há algum tempo –, não há mudança na política de arrocho do BC.

“Na medida em que o ce-

nário tem se delineado conforme esperado, o Comitê dá prosseguimento ao estágio em que opta por manter a taxa inalterada por período bastante prolongado, mas já com maior convicção de que a taxa corrente é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta”, disse o BC na ata. É bom que se registre que os juros reais estão subindo, já que a inflação está caindo.

Mais uma vez fica claro que a missão dos diretores do BC é garantir juros reais nababescos para os banqueiros. País nenhum do mundo consegue conviver muito tempo com uma taxa de juros reais de 10% com está ocorrendo no Brasil.

Na semana passada, o Copom decidiu manter a taxa Selic em 15% ao ano pela terceira vez consecutiva. A decisão do comitê aconteceu apesar dos apelos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para cortes na taxa básica de juros. O nível, que foi alcançado em junho, é o mais alto desde julho de 2006, no primeiro mandato de Lula, e a manutenção contrariou todo o setor produtivo nacional.

O colegiado se aferra aos lucros dos bancos e não dá

o momento atual, ela esteja já praticamente no teto da meta, o discurso continua o mesmo: mais arrocho fiscal e mais juros altos.

Sem perder o cacoete, o BC se meteu mais uma vez na política fiscal do país, preconizando mais asfixia sobre a sociedade e a produção. Continuou a defender que “a atuação contracíclica (arrocho) e a redução do prêmio de risco favorecem a convergência da inflação à meta”. “O Comitê manteve a firme convicção de que as políticas devem ser previsíveis, críveis e anticíclicas. Em particular, o debate do Comitê evidenciou, novamente, a necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas”, repetiu.

“Na discussão sobre esse tema, a principal conclusão obtida e compartilhada por todos os membros do Comitê foi de que, em um ambiente de expectativas desancoradas, como é o caso do atual, exige-se uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado”, reforçou. Ou seja, a “meta” é sempre cortar as verbas da sociedade e garantir recursos bilionários para os bancos e rentistas.

“Para assegurar a convergência da inflação à meta em ambiente de expectativas desancoradas, exige-se uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado”, destacou o colegiado. Em suma, a diretoria do Banco Central age, não como servidores do país, mas sim como uma “faccão” dos banqueiros e rentistas incrustada dentro da instituição financeira do país.

Produção industrial regional apresenta taxas negativas em 6 das 15 regiões pesquisadas

Os dados regionais da produção industrial brasileira de setembro apresentaram taxas negativas em 6 das 15 regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre elas, estão importantes regiões industriais, incluindo São Paulo, que entre agosto e setembro recuou 0,4%. O cômputo da produção dos estados foi responsável por fazer a produção física brasileira geral recuar 0,4% em setembro, na comparação com agosto.

A indústria paulista concentra aproximadamente 33% de toda a produção

do país. O desempenho de setembro teve influência principal dos setores extrativo e de derivado de petróleo. Apesar de ter registrado resultados positivos nos dois meses anteriores, o maior e mais diversificado parque industrial do Brasil se encontra, após setembro, com resultados inferiores aos patamares históricos.

“Com essa taxa de setembro, a indústria paulista se encontra 0,1% abaixo do seu patamar pré-pandemia e 21,7% abaixo do seu patamar mais alto, alcançado em março de 2011”, comenta Bernardo Almeida, analista da pesquisa pelo IBGE.

Além de São Paulo, a indústria do Rio de Janeiro tombou 4,3% na passagem de agosto para setembro, a da Bahia, 4,7% e do Paraná, 6,9%. Os outros resultados negativos vieram do Pará, com recuo de 1,4% e Região Nordeste, com desempenho de -0,1%.

As regiões que tiveram resultados positivos foram: Amazonas (9,0%), Rio Grande do Sul (4,8%) e Espírito Santo (4,6%).

O instituto ainda analisa que o movimento regional acompanha o movimento da indústria nacional, que ganha para, no mês seguinte, perder.

Política monetária arrochada atende apenas aos interesses dos bancos

Nos próximos dias 9 e 10 de dezembro será realizada a última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) de 2025. Ela será a oitava oportunidade em que o colegiado se reúne desde que a Presidência do Banco Central (BC) foi atribuída a Gabriel Galípolo, nomeado por Lula para o cargo. É importante lembrar, o Presidente iniciou seu terceiro mandato à frente do Palácio do Planalto contando com uma diretoria do BC toda ela indicada por Bolsonaro. Roberto Campos Neto (RCN) era o chefe da instituição e sobre ele recaía uma cobrança sistemática, quase diária mesmo, do primeiro mandatário da República a respeito dos patamares elevados da taxa oficial de juros.

A mudança promovida na estrutura política e institucional do BC foi apresentada por Paulo Guedes, o todo-poderoso Ministro da Economia ainda em 2021. Por meio da aprovação da Lei Complementar nº 179, a instituição passou a contar com um nível elevado de autonomia, uma quase independência. Dentre outras alterações nas regras então vigentes, constava a atribuição de mandatos fixos aos diretores do órgão. Assim, Lula só conseguiu ter nomeado a maioria dos nove membros da direção do banco em janeiro de 2025, quando também pode indicar o novo presidente.

No entanto, tal mudança efetiva na correlação de forças não logrou efeito algum na forma como o BC vinha sendo conduzido até então. Galípolo não apenas manteve as orientações gerais estabelecidas por seu antecessor, como também aprofundou o atendimento dos interesses do financismo na condução do órgão que deveria regular e fiscalizar o sistema. Assim, por exemplo, a pesquisa Focus permaneceu sendo realizada semanalmente da mesma forma, recolhendo as sugestões de pouco mais de uma centena de diretores e altos dirigentes de bancos e demais empresas do sistema financeiro. Os resultados da mesma são utilizados pelo COPOM para definir o ambiente econômico e apontar o patamar da SELIC.

COPOM E O MUNDO DO FINANCISMO

Por outro lado, nenhum milímetro foi avançado para que o BC pudesse finalmente estabelecer o necessário controle sobre os escandalosos níveis de spreads praticados por bancos e demais instituições do sistema. O órgão continua fazendo cara de paisagem contra esses verdadeiros absurdos que são o diferencial de juros entre aquilo que oferecem nos depósitos/aplicações e o que cobram dos mesmos clientes nas operações de

crédito e empréstimo. Além disso, nada faz o BC para limitar as tarifas elevadíssimas cobradas sobre os serviços prestados pelas mesmas empresas do sistema.

Mas talvez o aspecto mais simbólico daquilo que permite caracterizar a natureza da continuidade da política de RCN por parte de Galípolo se refere à SELIC. Durante este seu primeiro ano à frente do COPOM, a taxa oficial de juros permaneceu sendo elevada a cada novo encontro, até atingir o atual patamar de 15% em junho e assim permaneceu a partir de então. Desde a posse do Galípolo foram realizadas sete reuniões. A SELIC estava em 13,25% ao ano e foi sendo elevada a cada novo encontro. Graças a tal absurdo de estratégia de política monetária, o Brasil se mantém na posição de país com a segundo maior taxa real de juros do mundo, atrás apenas da Turquia. Oferecemos para o público interno e para os especuladores internacionais um rendimento real mínimo próximo a 10% ao ano. Uma loucura!

Mas talvez o aspecto mais escandaloso de tudo isso seja o equívoco da medida, de característica claramente recessiva, no que se refere àquilo que ela pretende supostamente combater. De acordo com o paradigma neoclássico e neoliberal da economia, a autoridade monetária deveria elevar a taxa referencial de juros para se contrapor aos movimentos de alta no ritmo dos preços. Ou seja, a conhecida ladainha de que o “remédio é amargo”, mas a medida seria necessária para reduzir a inflação. Ocorre que aqui também entramos em um novelo de nós sucessivos criados pelo próprio governo. Afinal, o nosso regime de “metas de inflação” pressupõe operar com uma meta oficial para o nosso também oficial índice de preços, o IPCA de responsabilidade do IBGE.

META DE INFLAÇÃO É IRREALISTA!

Ao longo dos últimos anos, a nossa meta oficial de inflação sempre esteve em patamares do razoável e do aceitável. Essa referência é estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), cuja composição é dada pelos titulares dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, além do Presidente do BC. Ou seja, desde o início de janeiro de 2025, Lula tem maioria no colegiado para estabelecer a sua própria meta de inflação. Mas o que se tem visto, desde então, foi a orientação de Fernando Haddad em sua obsessão pelos serviços de bom mo-cismo prestados ao andar de cima, reduzindo a meta para níveis irresponsáveis e completamente afastados da realidade concreta.

Leia a íntegra em horadopovo.com.br

Cai 1,3% o faturamento da indústria de transformação em setembro, diz CNI

O faturamento real da indústria de transformação recuou -1,3% em setembro deste ano, segundo indicadores da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados na última sexta-feira (7).

Em agosto, o faturamento já havia encolhido -5,2%. Frente a setembro de 2024, o indicador registra um recuo de -3,2%.

A especialista em Políticas e Indústria da CNI, Larissa Nocko, atrela o resultado negativo do faturamento da indústria, que veio acompanhado com queda nos indicadores de emprego, a massa salarial e a utilização da capacidade instalada, “aos efeitos dos juros sobre o crédito, que ficou mais caro e de mais difícil acesso aos consumidores”, critica a economista.

“Uma vez que o faturamento recua, e recua agora pelo segundo mês consecutivo, isso é um indicativo de perda de receita para os industriais”, explica Nocko. “Isso pode significar uma redução dos investimentos ou uma redução das contratações, a depender do conjunto de decisões de cada empresa”, alerta.

No acumulado de janeiro a setembro de 2025, o avanço é de 2,1% no faturamento da indústria frente a igual período de 2024. Na avaliação da economista, “os avanços ocorridos no ano de 2024 para a indústria de transformação foram bem significativos. O PIB da indústria de transformação em 2024 foi de 3,8%, então foi um resultado acima da média nacional, que foi de 3,4%. Então, essa perda de dinamismo que acontece no período mais recente, ela ainda não é capaz de reverter os ganhos que foram obtidos em 2024”, comentou.

Na última semana, o Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) decidiu manter o nível da taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano, nível que não era visto desde 2006. Em janeiro de 2024, a taxa estava em 12,5%.

O nível elevado dos juros está impactando negativamente a demanda doméstica por bens industriais, que já vem sendo prejudicada pela forte entrada dos importados no mercado doméstico – agravando, assim, a desindustrialização do Brasil.

Escreva para o HP horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Governador Helder Barbalho rebateu Trump
Rei da poluição ataca COP e leva entortada de Helder Barbalho/PA

O governador do Pará, Helder Barbalho, desmascarou, no domingo (9), a provocação feita pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que uma rodovia teria sido aberta na Amazônia para que os ambientalistas pudessem chegar à COP de Belém. “Eles devastaram a Floresta Amazônica do Brasil para construir uma rodovia de quatro faixas para ambientalistas. Isso virou um grande escândalo!”, escreveu Trump em uma rede social.

A resposta do governo do Pará veio de imediato. “Em vez de falar de estradas, o presidente norte-americano deveria apontar caminhos contra as mudanças climáticas”, rebateu o governador. Trump se recusou a comparecer à COP 30 porque defende que as mastodônticas e ineficientes empresas americanas continuem a poluir descontroladamente o planeta. Isolado, o troglodita resolveu atacar de longe a COP 30.

Inclusive, mesmo se Trump, que acaba de tomar uma surra nas eleições municipais de importantes cidades norte-americanas, tivesse aceitado o convite para comparecer à COP 30, teria dificuldade de sair do país, porque não há controladores de voo nos aeroportos de seu país. O governo americano entrou em colapso financeiro e toda a máquina de governo está parada há quase quarenta dias, inclusive os aeroportos. Um verdadeiro caos e mais um vexame de seu governo.

Além do mais, o poluidor-mor não pode falar do Brasil. Ele esqueceu que seu pupilo, Jair Bolsonaro, quando esteve no governo, bateu recordes e mais recordes de destruição de florestas. Um de seus ministros, inclusive, dizia que era para aproveitar a pandemia – “quando só se fala nisso” – para abrir a porteira, deixar a boiada passar e acelerar a destruição das florestas. Toda aquela destruição, apregoaada pelo bolsonarismo, era aplaudida intensamente pelo bufão da Casa Branca.

Por isso, essa “crítica”, agora, à estrada do Pará, não passa de puro cinismo. Helder não deixou barato. “Poderia celebrar a redução histórica no desmatamento da Amazônia – com destaque para o estado do Pará, que obteve o seu melhor resultado”, acrescentou Barbalho. “Ou, no mínimo, seguir o exemplo do Governo do Brasil e investir mais de US\$ 1 bilhão para salvar florestas no mundo. Ainda dá tempo de passar na COP30, presidente Trump. Esperamos você com um tacacá. É melhor agir do que postar”, afirmou.

Sabidamente defensor da destruição do planeta, Trump, assim que chegou ao poder, isentou de impostos os bilionários e os maiores poluidores do país. Cortou verbas ambientais e destruiu os órgãos de fiscalização ambientais. Ele financiou o morticínio com bombas de quase 70 mil palestinos em Gaza pela ditadura de Israel. Ou seja, um destruidor de ambientes e de pessoas. Mesmo com todo esse cinismo, o governo do Pará, num razoável esforço diplomático, explicou ao bufão da Casa Branca que a estrada, criticada por ele, é considerada uma “estrada verde” por ter cumprido todas as exigências ambientais do país.

A nota oficial do governo do Pará diz que “o projeto da Avenida Liberdade segue um linhão de energia, onde a vegetação já havia sido suprimida, reduzindo o tempo de deslocamento e evitando a emissão de 17,7 mil toneladas de CO₂ por ano”. Cada bombardeio patrocinado por Trump em Gaza destrói não só a natureza física, mas ceifa a vida humana e ele não sente o menor remorso por isso. O cinico não diz nada sobre isso e se achou no direito de chamar de escândalo a estrada nó Pará. Parece um recalcado, cada vez mais isolado no mundo.

“Temos que defender a América do Sul”, diz ex-ministro Celso Amorim

O assessor especial do governo Lula para assuntos internacionais, Celso Amorim, afirmou que o Brasil vai defender a Venezuela. “Nós temos que defender a América do Sul. Nós vivemos aqui”, disse Amorim, que participa da COP30, em Belém. Para Amorim, o tema está “praticamente na fronteira” com o Brasil.

“Nós temos que defender a América do Sul, gente. Nós vivemos aqui. O Brasil tem fronteiras com dez países da América do Sul”, afirmou. “Nós não estamos discutindo uma coisa distante que você pode discutir por razões humanitárias, ou políticas ou geopolíticas. Nós estamos discutindo uma coisa que é na nossa fronteira, praticamente. É natural”, afirmou Amorim em declaração a jornalistas.

A afirmação se dá em meio à escalada de agressões militares dos Estados Unidos contra a Venezuela e a Colômbia e a ampliação das provocações militares americanas no Caribe e no Pacífico.

Bolsonaristas atacam a PF e se unem ao crime organizado

Rogério Cassimiro/Governo de SP



Governador Tarcísio de Freitas e seu secretário de Segurança, Guilherme Derrite

Lula, na COP30, defende “transição justa” para beneficiar o Sul Global

Bruno Peres/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na segunda-feira (10), durante a abertura da 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla, em inglês) que “uma transição justa precisa contribuir para reduzir as assimetrias entre o Norte e o Sul Global, forjadas sobre séculos de emissões. A emergência climática é uma crise de desigualdade. Ela expõe e exacerba o que já é inaceitável. Ela aprofunda a lógica perversa que define quem é digno de viver e quem deve morrer”.

Segundo Lula, a governança global precisa contribuir para uma transição justa que beneficie as economias de baixo carbono, evitando, assim, um colapso climático planetário.

“Mudar pela escolha nos dá a chance de um futuro que não é ditado pela tragédia. O desalento não pode extinguir as esperanças da juventude. Devemos a nossos filhos e netos a oportunidade de viver em uma Terra onde seja possível sonhar”, destacou o presidente.

Lula fez referência ao pensador indígena Davi Kopenawa para pedir clareza aos negociadores.

“O xamã yanomami Davi Kopenawa diz que o pensamento na cidade é obscuro e esfumaçado, obstruído pelo ronco dos carros e pelo ruído das máquinas. Espero que a serenidade da floresta inspire em todos nós a clareza de pensamento necessária para ver o que precisa ser feito”.

A COP30, realizada pela primeira vez na Amazônia – bioma com a maior biodiversidade do planeta e um regulador do clima global –, tem o enorme desafio de recolocar o tema das mudanças climáticas no centro das prioridades internacionais

O presidente brasileiro também argumentou que o aquecimento global pode empurrar milhões de pessoas para a fome e a pobreza, fazendo retroceder décadas de avanço, e lembrou do impacto desproporcional que a mudança do clima causa sobre mulheres, afrodescendentes, migrantes e grupos vulneráveis, o que deve ser levado em conta nas políticas de adaptação.

Lula ressaltou o papel dos territórios indígenas e de comunidades tradicionais nos



Derrotar os negacionistas, defendeu Lula na COP

esforços de mitigação do aumento das temperaturas, pela preservação das florestas e, consequentemente, a regulação do carbono na atmosfera. “No Brasil, mais de 13% do território são áreas demarcadas para os povos indígenas. Talvez ainda seja pouco”.

OBSCURANTISTAS Lula, em seu pronunciamento, não poupou aqueles que negam a ciência e usam a desinformação para contrariar as evidências trágicas das mudanças no clima global. Ele repetiu fala anterior de que a COP30 será a “COP da verdade”.

“Na era da desinformação, os obscurantistas rejeitam não só as evidências da ciência, mas também os progressos do multilateralismo. Eles controlam algoritmos, semeiam o ódio e espalham o medo. Atacam as instituições, a ciência e as universidades. É momento de impor uma nova derrota aos negacionistas. Sem o Acordo de Paris, o mundo estaria fadado a um aquecimento catastrófico de quase cinco graus até o fim do século. Estamos andando na direção certa, mas na velocidade errada”, defendeu.

O mandatário brasileiro também fez um apelo aos líderes mundiais para acelerarem as ações necessárias para impedir a elevação da temperatura do planeta, voltando a defender uma transição para a superar a atual dependência com os combustíveis fósseis, responsáveis por 75% do aquecimento global, e sugeriu a criação de um conselho mundial sobre o clima.

“Avançar requer uma governança global mais robusta, capaz de assegurar que palavras se traduzam em ações. A proposta de criação de um Conselho do Clima, vinculado à Assembleia Geral da ONU, é uma forma de dar a esse desafio a estatutura política que ele merece”, defendeu.

Lula destacou a necessidade de formulação e implementação de

Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) mais ambiciosas, garantia de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação aos países em desenvolvimento, além de priorizar políticas de adaptação aos efeitos da mudança do clima.

“A mudança do clima já não é uma ameaça do futuro. É uma tragédia do presente. O furacão Melissa que fustigou o Caribe e o tornado que atingiu o estado do Paraná, no Sul do Brasil, deixaram vítimas fatais e um rastro de destruição. Das secas e incêndios na África e na Europa às enchentes na América do Sul e no Sudeste Asiático, o aumento da temperatura global espalha dor e sofrimento, especialmente entre as populações mais vulneráveis”, sustentou.

Em seu pronunciamento improvisado, o presidente agradeceu, ainda, ao povo paraense, destacando que os participantes da COP 30 estarão sendo recebidos por “homens e mulheres muito alegres, muitos educados, que vão cuidar de vocês aqui nessa cidade como jamais foram cuidados”.

Ele fez referência à culinária local, sugerindo que os visitantes conheçam a maniçoba, um prato tradicional da região, e destacou que é mais barato cuidar do clima do que fazer guerra, numa referência aos gastos militares que superam US\$ 2 trilhões e a necessidade de atingir US\$ 1,3 trilhão anuais para ação climática.

“Trazer a COP para o coração da Amazônia foi uma tarefa árdua, mas necessária. A Amazônia não é uma entidade abstrata. Quem só vê floresta de cima desconhece o que se passa à sua sombra. O bioma mais diverso da Terra é a casa de quase 50 milhões, incluindo 400 povos indígenas, dispersa por nove países em desenvolvimento, que enfrentam imensos desafios sociais e econômicos”, fraseou.

Caiu a máscara. Tiveram que recuar, mas mostraram claramente que seu objetivo era atrapalhar a ação da PF para blindar os chefes das facções criminosas

Já se sabe das ligações da cúpula das facções criminosas e das milícias com o bolsonarismo. O traficante de armas do Comando Vermelho, “TH Joias” é ligadíssimo a Cláudio Castro, no Rio, por exemplo. O tesoureiro do mesmo Comando Vermelho, Gabriel Dias de Oliveira, também se reunia com o secretário de Castro. Já o miliciano, Adriano da Nóbrega, assassino profissional, chefe do Escritório do Crime – espécie de central de assassinatos das milícias – é também íntimo de Flávio Bolsonaro e de Jair Bolsonaro. Mãe e ex-mulher do miliciano eram “fantasmas” no gabinete de Flávio, no Rio.

Tudo isso já era conhecido. Mas, agora ficou escancarada uma ligação ainda mais estreita entre as duas cúpulas – a dos bolsonaros e a das facções. O Secretário de Segurança Pública do governo bolsonarista de São Paulo, Guilherme Derrite, se licenciou do cargo para deturpar o projeto antifacção do governo Lula. O presidente mandou o projeto ao Congresso Nacional para endurecer as penas dos chefes das facções. Derrite saiu rapidamente em campo (pasmem) para impedir que a Polícia Federal investigasse os criminosos. Largou a pasta do governo de SP para socorrer os chefes da bandidagem.

Em seu parecer, Derrite colocou uma série de obstáculos à ação da Polícia Federal contra o crime organizado. Exatamente no momento em que a PF tem feito operações extremamente exitosas contra o tráfico e as facções, como, por exemplo, a Operação Carbono Oculto, a operação policial contra o PCC, deflagrada em agosto, e que é considerada a maior da história do País contra a infiltração do crime organizado na economia formal. Pela proposta do deputado bolsonarista, a PF teria que pedir autorização nos estados para investigar as facções. Era tudo o que elas queriam. Os chefes respiraram aliviados.

Imediatamente uma onda de protestos se avolumou no país. Percebendo que iria se torrar, Derrite recuou da proposta. Mas ficou claro que seu intento era dificultar a ação da PF contra o crime organizado.

A própria Polícia Federal havia denunciado a sabotagem e considerou que o recuo não foi suficiente. Na nova versão, o secretário de Tarcísio diz que a PF poderá participar das investigações mas apenas em caráter “integrativo, cooperativo” com a polícia estadual, sempre que a matéria for de sua competência constitucional ou legal. Segundo ele, essa participação pode ocorrer por solicitação do Estado ou da própria PF, mediante comunicação às autoridades estaduais.

Juristas consideram o relatório de Guilherme Derrite

restringindo a ação da PF como inconstitucional. A ministra de Lula, Gleisi Hoffmann, foi ainda mais categórica. “Isso é um presente para as facções que atuam em todo o país, inclusive no mercado financeiro, e que estão sendo enfrentadas com inteligência”, denunciou. “As mudanças inviabilizam ações coordenadas contra a estrutura financeira das facções, como a Operação Carbono Oculto, e podem tumultuar os inquéritos e ações judiciais em andamento, porque alteram as competências da União e dos Estados, de forma inconstitucional”, prosseguiu e ministra.

“Se o projeto for aprovado como está, investigações da PF podem passar para a Polícia Civil de cada Estado. Nós acabamos de ter a Carbono Oculto, operação mais importante da história contra o crime organizado. Tumultuar essa investigação é muito grave. Advogados dos suspeitos vão contestar o foro e gerar uma confusão jurídica que vai beneficiar o crime organizado”, afirmou o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira.

Ao mesmo tempo que a cúpula bolsonarista tentou blindar os chefes do crime organizado, com ações como esta de Derrite, os governadores bolsonaristas se articulam para seguir fazendo os teatros e as encenações de ações nas favelas com muitas mortes da raia miúda e nenhum alto comandante das facções presos, como ocorreu na chacinha da Penha e do Alemão, no Rio, com 121 mortes e nenhum chefe preso. Os bolsonaristas só fazem demagogia sobre as mortes nos morros, mas mantêm intacto e blindado o comando do crime. O que fica claro é que é só demagogia eleitoral. Eles estão mesmo é mancomunados com alta cúpula do crime.

Além de ter que recuar da proposta de tentar manietar a Polícia Federal, o secretário de Tarcísio teve que recuar também da formalização do conceito de “narcoterrorismo”. Ideia preconizada por Donald Trump para justificar sua intromissão nos assuntos internos dos países da América do Sul. É exatamente isso que ele está fazendo em relação à Venezuela, Colômbia e México. Queria estender os seus tentáculos também sobre o Brasil. Os bolsonaristas, como sempre, se ofereceram para ajudar Trump a se intrometer nos assuntos do Brasil. Juristas e especialistas alertaram que, considerar o CV e o PCC como organizações terroristas abriria espaço para intervenções estrangeiras no Brasil. Derrite também teve que recuar sobre esse tema e os bolsonaristas foram obrigados a aceitar o adiamento da votação do projeto.

SÉRGIO CRUZ

“Eduardo Bolsonaro está falando merda lá nos EUA”, diz governador do Mato Grosso

O governador bolsonarista do Mato Grosso, Mauro Mendes (União), afirmou que o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) “enlouqueceu” e está “longe da realidade” por morar nos Estados Unidos e defender as medidas do governo Trump contra o Brasil.

O comentário de Mauro Mendes foi feito depois que Eduardo Bolsonaro atacou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por ser considerado um possível candidato do campo bolsonarista nas eleições presidenciais.

Eduardo falou que Tarcísio “é o candidato do sistema” e “é o cara que o [Alexandre de] Moraes quer”.

Na avaliação de Mauro Mendes, “Eduardo Bolsonaro enlouqueceu”, disse.

Divulgação/Reprodução



Mauro Mendes e Dudu Bananinha

queceu, está falando bobabem, abobrinha”.

“Está nos Estados Unidos, longe da realidade, fez uma lambança gigante quando ele defendeu o tarifaço do Trump. Foi um grande equívoco que ele cometeu. Ele está perdendo tempo de ficar calado”, continuou.

Mauro Mendes disse que respeita o ex-presidente Jair Bolsonaro e que considera uma “injustiça” sua condenação por tentativa de golpe. “Agora, o filho dele está falando merda lá nos Estados Unidos”.

Eduardo Bolsonaro, que continua com seu mandato na Câmara, mas mora nos EUA desde março, respondeu: “Senhor Mauro Mendes, se o senhor não tem coragem de chamar as coisas pelo nome, não me culpe pela sua frouxidão”.

“Porque se estou hoje vivendo no exílio é por causa de políticos bostas igual ao senhor, com essa opiniãozinha que vende para o público a responsabilização dos outros pela sua falta de coragem. E aí nossos inimigos, os ditadores, ficam confortáveis para expandir o seu poder”, reclamou Eduardo.

Tarcísio não aprendeu nada com pandemia e quer fechar a FURP

Governador se aproxima cada vez mais do negacionismo de Bolsonaro, diz sindicato. FURP produziu 370 milhões de medicamentos em 12 meses

O Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde do Estado de São Paulo (SindSaúde-SP) denunciou o projeto de lei complementar (PLC) 49/2025, enviado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) à Assembleia Legislativa, que propõe o fechamento da Fundação para o Remédio Popular (FURP) e a transferência de seus ativos para a Secretaria de Estado da Saúde e o Instituto Butantan. A entidade afirma que a medida colocará em risco a produção e distribuição de medicamentos essenciais fornecidos gratuitamente à população paulista.

O sindicato critica duramente a iniciativa, afirmando que o governador “cada vez mais se aproxima de seu mentor, o ex-presidente condenado à prisão, Jair Bolsonaro (PL)”. Segundo a nota, “enquanto o segundo foi fundamental para o Brasil atingir 700 mil mortes por Covid-19, em março de 2023, por conta do negacionismo das vacinas como instrumentos de imunização, o governador paulista se prepara para acabar com um patrimônio paulista responsável pelo fornecimento de medicamentos gratuitos à população”.

A FURP desempenha um papel estratégico na política de saúde pública estadual. A nota detalha que “a fundação é responsável por fornecer anti-hipertensivos, antibióticos, remédios para HIV, tuberculose e imunossupressores, anti-inflamatórios, hipoglicemiantes e medicamentos para saúde mental, além de produtos amplamente usados em programas públicos como o Dose Certa e a Farmácia Popular”. Entre setembro de 2024 e junho de 2025, “a FURP encaminhou mais de 100 tipos de produtos distribuídos a mais de 370 milhões de unidades farmacotécnicas usadas nas unidades das Farmácias Dose Certa”.

A nota também enfatiza o impacto da proposta para o futuro do acesso à saúde gratuita no estado: “o projeto é uma bomba para a população e apresenta problemas que vão desde a ausência de informações sobre onde o governo estadual compraria os remédios necessários para a população e o custo dessas aquisições”. Além

disso, o sindicato alerta para a incompatibilidade da fusão com o Instituto Butantan, já que “ambas as fundações atuam em frentes diferentes”.

Outra preocupação central levantada pelo SindSaúde-SP é o possível favorecimento de interesses privados. “A unidade de Guarulhos, por exemplo, um imóvel com 40 mil m² de área construída deve ser vendido, e está localizado numa região de intensa especulação imobiliária, já que nas imediações será construída a estação Itapegica da Linha 19-Celeste”, afirma a nota. “Além disso, a sede de Américo Brasiliense deve ser negociada”.

O sindicato resgata ainda que a tentativa de extinguir a fundação não é novidade: “Não é a primeira vez que um governo privatista quer acabar com a FURP, João Dória já havia tentado fazer o mesmo e nossa luta na Alesp impediu que ela, o Instituto Butantã e a Fundação Oncocentro de São Paulo (FOSP) entrasse no pacote”.

Para reforçar o perigo desse tipo de política, o texto relembra o desmonte da Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN): “Por conta disso, houve a explosão de casos de dengue, em 2025, com 844 mil casos registrados e mais 1 mil mortes”.

Além de fazer o contraponto, o sindicato também valoriza o papel histórico do Instituto Butantan: “Foi fundamental na resistência ao negacionismo de Bolsonaro e aliados, ao trabalhar na produção de vacinas para combater a Covid e derrubar o número de contaminações e mortes”. E conclui em tom de alerta: “Sorte nossa, povo paulista, que Tarcísio ainda não era governador. Pelos sinais que vemos, não teríamos esse equipamento fundamental de resistência”.

No fim da nota, o SindSaúde-SP conclama os deputados a rejeitarem o projeto: “cobrará o compromisso de parlamentares para votarem contra esse projeto e impedirem que um equipamento essencial ao povo paulista não seja destruído. Que possamos ter aprendido com nossos erros porque quem não aprende com a história, tende a replicar os prejuízos”.



Reprodução

SindSaúde-SP denuncia que a medida colocará em risco a produção e distribuição gratuita de medicamentos essenciais à população pobre

Relator do Novo PNE propõe cortar meta de investimento público em Educação

Em discussão na Câmara dos Deputados, a atualização do Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década coloca em risco conquistas importantes do último período. O relatório apresentado pelo deputado Moses Rodrigues (União Brasil-CE) prevê diminuir a meta de investimento em Educação dos atuais 10% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2035, para 7,5%.

A votação do relatório na Câmara dos Deputados estava prevista para esta quinta-feira (06), mas foi adiada.

Para mascarar o ataque, o deputado federal Moses Rodrigues (União Brasil-CE) argumenta que o investimento chegaria a 11%, pois, além de contar com os 7,5% do PIB com investimento público, também entram na conta outros 3,5% do PIB que supostamente viriam de investimento da iniciativa privada e chamou isso de chegar num número mais

“adequado”, considerando a expectativa de queda de matrícula de 43,3 milhões para 40,4 milhões até 2035. Uma redução que não chega a 10%, mas o relator quer cortar 25% da meta de investimento final.

Para Valentina Macedo, presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), sem o investimento necessário para o desenvolvimento da educação, esse PNE será um fracasso já em sua concepção.

“Reduzir a proposta de investimento para educação nesse novo PNE é um retrocesso sem tamanho, é tirar o compromisso do Estado em garantir uma educação de qualidade. Se entre as próximas metas não houver o investimento necessário para se obter uma educação de qualidade, esse PNE já dará indícios que não terá sucesso”, diz a líder estudantil.

Valentina destaca que as metas do último PNE não foram alcançadas porque

foi imposta uma política de austeridade que impediu o Estado de investir nos setores essenciais para entregar dinheiro para o sistema financeiro.

“Grande parte das metas do último PNE não foram sequer alcançadas devido à falta de investimento necessário, que não chegaram nem perto de atingir a meta dos 10% do PIB, em decorrência do Teto de Gastos do Temer e do Arcabouço do ministro Fernando Haddad. Investimento é a chave principal para que os objetivos da educação sejam alcançados”, destacou.

Valentina considera que “a possibilidade da iniciativa privada entrar na educação como um suposto complemento, é algo extremamente perigoso, pois coloca a educação em uma vitrine como se fosse mercadoria e escancara a tentativa de tirar a responsabilidade do Estado de garantir investimento na educação”.



APEOESP

Rio Bonito do Iguaçu teve 90% dos imóveis destruídos

Tornados que destruíram cidade do Paraná tiveram ventos de até 330 km/h

O Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar) confirmou, na manhã desta segunda-feira (10), que três tornados atingiram cidades da região central do estado na sexta (7). Além de Rio Bonito do Iguaçu, que teve 90% dos imóveis destruídos, também registraram os fenômenos Guarapuava e Turvo, cidades que ficam a 130 km e a 166 km do município mais devastado, respectivamente.

No sábado (8), o Simepar já havia explicado que em Rio Bonito do Iguaçu o tornado foi formado dentro de uma supercélula, o tipo mais severo de tempestade. A princípio, a medição tinha apontado que os ventos chegaram a até 250 km/h, mas, nesta segunda, a velocidade foi atualizada para até 330 km/h.

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse que o governo acionou a Caixa Econômica Federal para liberar o FGTS dos trabalhadores afetados pela passagem do tornado. As tempestades no estado do Paraná afetaram quase 15 mil pessoas e danificaram mais de 670 casas.

FORÇA NACIONAL

O Ministério da Saúde enviou uma equipe da Força Nacional do SUS (FN-SUS) ao município de Rio Bonito do Iguaçu. O secretário executivo do Ministério da Saúde, Adriano Massuda, acompanhou a comitiva do Governo Federal que se deslocou ao estado para avaliar os danos, prestar assistência imediata e coordenar ações conjuntas de resposta com o Governo do Paraná e a Defesa Civil Nacional.

De acordo com dados da Defesa Civil do Paraná e do CENAD, o estado registrou 55 municípios impactados por tempestades, com mais de 31 mil pessoas afetadas. Em Rio Bonito do Iguaçu, a tragédia foi a mais severa: 10 mil moradores, o equivalente a 77% da população, foram diretamente atingidos, com cinco mortes confirmadas, 125 feridos e mais de mil pessoas desalojadas.

Nesta madrugada, após tomar conhecimento do ocorrido, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, imediatamente colocou a equipe da Força Nacional do SUS a disposição do Estado e Município.

A equipe da Força Nacional do SUS foi mobilizada em Nível Operacional II, com capacidade de resposta intermediária e foco em recompor o funcionamento da rede local de saúde.

10 anos de impunidade do crime da Samarco, Vale e BHP em Mariana

Manifestações lembram a tragédia e denunciam a impunidade das mineradoras responsáveis — Samarco, Vale e BHP Billiton pelo maior crime ambiental da nossa história, que despejou 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos no Rio Doce, matou 19 pessoas .

“Nós podemos dizer, sem dúvida, que esse caso não encontrou justiça. As empresas seguem impunes e a reparação integral não chegou”, lamentou o dirigente do MAB

No dia em que o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), completa dez anos, manifestações lembram a tragédia-crime e denunciam a impunidade das empresas responsáveis — Samarco, Vale e BHP Billiton. Os atos ocorreram nesta quarta-feira (5) em Belo Horizonte, Mariana e também em Belém (PA), na sede da Vale, às vésperas da Cúpula do Clima (COP30).

Organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os protestos reforçam que a reparação prometida às comunidades ao longo da bacia do Rio Doce continua incompleta. Em Belo Horizonte, o ato começou às 7h, na Praça da Assembleia Legislativa, e seguiu até o Tribunal Regional Federal da 6ª Região e o Tribunal de Justiça de Minas. Estiveram presentes o ministro Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência, e a ministra Macaé Evaristo, dos Direitos Humanos e da Cidadania.

“Nós podemos dizer, sem dúvida, que esse caso não encontrou justiça. As empresas seguem impunes e a reparação integral não chegou. Então por isso nós insistimos tanto no direito dos atingidos de irem a outros países, nos países-sede das empresas – buscar justiça, questionar essas empresas nos seus países de origem. E, inclusive, um ato de soberania”, disse ao HP Thiago Alves, da coordenação nacional do MAB.

Entre as principais reivindicações estão a conclusão dos reassentamentos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; a recuperação da água de toda a bacia; a inclusão plena dos povos e comunidades tradicionais na repactuação do Rio Doce; e um programa de erradicação do déficit habitacional urbano e rural nas áreas atingidas. Em Mariana, a programação incluiu uma solenidade no local do rompimento e um ato público à tarde, em uma das praças da cidade. Já em Belém, o protesto em frente à sede da Vale buscou expor a contradição entre o discurso “verde” da mineradora e o rastro de destruição deixado na região.

Ao participar dos protestos em Belo Horizonte, ao lado da ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, reforçou que o ocorrido em 2015 “não foi um desastre, foi um crime cometido pela Samarco” e defendeu punição exemplar aos

responsáveis. “Desastre é algo inevitável, por causas naturais. O que houve em Mariana foi crime, e crime exige reparação ambiental, social e humana”, afirmou o ministro.

Segundo Boulos, a repactuação do acordo judicial de reparação elevou o valor total para R\$ 170 bilhões, sendo R\$ 100 bilhões sob gestão pública e R\$ 70 bilhões destinados a indenizações diretas. Ainda assim, ele cobrou o fim da impunidade e a responsabilização criminal dos dirigentes das mineradoras.

“Demorar dez anos e ainda o resultado ser uma absolvição completa de todas essas pessoas não é razoável. O governo Lula entende que combater o crime também passa por responsabilizar os grandes beneficiários, não só quem está na ponta”, afirmou o ministro.

Já Macaé, ressaltou a importância de manter viva a memória do crime e de políticas públicas que evitem novas tragédias. “A gente está falando de milhares de pessoas que vivem e lutam para que a gente nunca esqueça desse crime e adote políticas públicas para evitar que isso se repita. Elas são a esperança de reconstrução, mostrando que é possível recomeçar”, defendeu.

Em novembro de 2024, a Justiça Federal absolveu a Samarco e os demais réus pelo rompimento da barragem de Fundão. Na decisão, a juíza Patrícia Alencar Teixeira de Carvalho afirmou que não foi possível identificar responsabilidades individuais e que a dúvida deveria beneficiar os acusados. Um mês depois, o Ministério Público Federal recorreu, argumentando que o desastre resultou de falhas coletivas dentro da estrutura organizacional das empresas, e não de atos isolados.

Quase um ano após a apresentação do recurso, o caso ainda aguarda análise judicial. A lentidão no andamento do processo fez com que parte dos crimes atribuídos aos réus prescrevessem, o que reforça o sentimento de impunidade, abrindo brechas para outras ações criminosas de menor impacto.

“Injustiça, impunidade e não reparação. São essas as palavras que definem esses dez anos. Pequenos crimes continuam acontecendo todos os dias na bacia do Rio Doce e no litoral capixaba”, denuncia Letícia Oliveira, da coordenação do Movimento dos Atingidos. “Milhares de famílias seguem sem reconhecimento,



Rompimento da barragem despejou 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos no Rio Doce

sem indenização justa e sem nenhuma ação efetiva de reparação coletiva”, completa.

A tragédia-crime de Mariana, em 5 de novembro de 2015, despejou 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos no Rio Doce, matou 19 pessoas, destruiu comunidades inteiras e contaminou a água que abastece centenas de municípios em Minas e no Espírito Santo, alterando drasticamente o modo de vida das pessoas. Problemas que vão além das questões socioambientais e econômicas, com impactos na saúde física e mental das famílias. Uma década depois, os atingidos seguem cobrando justiça, reparação integral e o fim da impunidade das mineradoras.

“Uma das questões que geram esses adoecimentos de vários tipos, assim vamos chamar, é a alteração do modo de vida. Além de você alterar a questão socioeconômica das famílias, piorando a vulnerabilidade social dos atingidos nesses municípios, você também altera o modo de vida no sentido amplo – desde as práticas religiosas tradicionais e ancestrais, passando pelo lazer e pelas atividades socioculturais que estão relacionadas ao Rio Doce e seus afluentes”, explica o representante do MAB.

“Isso tudo foi alterado de maneira drástica, o que diminui os laços comunitários, desorganiza diversos associativismos e isola os indivíduos, gerando, inclusive, sedentarismo nas pessoas. Ouvi muito de atingidos e atingidas sobre isso: antes eles andavam quilômetros à beira do rio, faziam atividades diversas, e agora isso levou a um tipo de sedentarismo”, continua Thiago.

O governador de MG, Romeu Zema (NOVO), facilitador da mineração predatória no Estado, não participou dos atos. O pretexto foi de que não realiza eventos públicos nas datas das tragédias de Mariana e Brumadinho pois “esses dias devem ser reservados ao luto e à reflexão das famílias atingidas”, alegou em nota.

Em busca de justiça internacional, mais de 600 mil pessoas afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), moveram uma ação coletiva contra a mineradora BHP na Justiça do Reino Unido, onde a empresa tem ações listadas na Bolsa de Londres. O grupo exige indenizações que somam cerca de R\$ 260 bilhões por danos humanos, sociais, ambientais e econômicos.

Ministérios divulgam nota em repúdio ao “PDL da pedofilia”

Os ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania e das Mulheres divulgaram nota conjunta em repudiam a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do PDL (Projeto de Decreto Legislativo) 3/25, que dificulta o acesso ao aborto legal para meninas vítimas de estupro.

O texto também revoga diretrizes do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e impede campanhas contra o casamento infantil.

“O corpo de uma criança não suporta uma gravidez”, afirma a nota, e destaca que “nenhuma gestação em meninas em situação de extrema vulnerabilidade deveria sequer ocorrer”.

As pastas sustentam que a medida “não tem fundamento constitucional” e que irão atuar no Senado para impedir o avanço da proposta.

REAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

A aprovação do projeto provocou forte reação de movimentos sociais, entidades de direitos humanos e lideranças políticas. Nas redes, o PDL passou a ser apelidado de “PL da Pedofilia”, por enfraquecer a proteção de meninas violentadas.

Para os ministérios, a iniciativa representa “in-conformismo de setores que se opõem à proteção integral de meninas vítimas de violência”.

A resolução do Conanda, em vigor desde janeiro, aponta que a gestação em crianças e adolescentes representa risco grave à saúde física, psicológica e social, podendo levar à morte. Também considera o aborto legal parte das ações de prevenção à morbidade e mortalidade infantil e juvenil.

GOVERNO TENTA BARRAR TRAMITAÇÃO

Os ministérios afirmam acompanhar de perto o andamento do PDL no Congresso e articulam com parlamentares a rejeição do projeto no Senado.

Segundo o comunicado, as pastas estão “trabalhando para levar aos legisladores o posicionamento técnico e os dados sobre gestações infantis decorrentes de estupro de vulnerável”.

Esses números são alarmantes: segundo o Anuário 2025 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cerca de 87,5 mil casos de estupro foram registrados em 2024, sendo 77% contra vítimas vulneráveis.

Crianças e adolescentes são a maioria, com destaque para a faixa etária de 10 a 13 anos, que concentra 33% dos casos.

A nota reforça que o objetivo do governo é garantir “assistência adequada a essas meninas, assegurando o direito delas à própria vida” e sinaliza enfrentamento direto à ofensiva moralista da maioria conservadora do Congresso, que tenta impor retrocessos em direitos sexuais e reprodutivos sob o pretexto de “defesa da vida”.

Para CTB, “é hora de enterrar a PEC da reforma administrativa”



“Estabilidade para servidor é essencial para políticas de Estado”, afirma Boulos em encontro com centrais

Representantes das centrais sindicais e de entidades de servidores públicos se reuniram na última quinta-feira (6) com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, para debater a Proposta de Reforma Administrativa (PEC nº 38), que tramita na Câmara dos Deputados.

Na reunião, que ocorreu a convite do ministro, as entidades destacaram os riscos que a PEC, de autoria do deputado Pedro Paulo (PSD/RJ) e que tem o apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta, representa para o Estado, para a sociedade e para os servidores públicos.

Segundo as entidades, a PEC “representa um retrocesso institucional, social e democrático”. “E preciso barrá-la integralmente”, afirmam.

“Foi um encontro importante para levarmos ao ministro o pedido para que o governo assuma uma posição mais firme contra essa proposta de desmonte do serviço público brasileiro”, afirmou Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

De acordo com os representantes das entidades presentes, Boulos se posicionou contra quaisquer medidas que retirem direitos e que leve ao aviltamento salarial dos servidores ou que venham a enfraquecer as carreiras e os concursos públicos. O ministro também enfatizou que a estabilidade do funcionalismo é um pilar fundamental para o fortalecimento das políticas de Estado.

“É importante reafirmar que a estabilidade é essencial, não apenas para os servidores, mas para a consolidação de uma política de Estado no Brasil”, afirmou o ministro, acrescentando que o governo tem atuado de forma articulada, mas com cautela, nas negociações com o Congresso Nacional.

O representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o secretário de Serviços e Servidores Públicos, Fernando César Mota, avaliou a reunião como “positiva” e saudou a iniciativa de diálogo do ministro, destacando que ela “é um passo importante na defesa dos direitos dos servidores públicos”.

Em sua fala ao ministro, o secretário-Geral da CUT Nacional, Renato Zulato, lembrou que as centrais e os sindicatos estarão firmes nas ruas contra a PEC. “Faremos pressão no Congresso, mostrando para a sociedade que essa reforma administrativa não é boa para os funcionários públicos e também não é boa para a sociedade brasileira. E nós da CUT reafirmamos que sempre apoiaremos as nossas confederações, os nossos sindicatos, naquilo que há de melhor e de interesse para a classe trabalhadora brasileira”, afirmou.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e entidades representativas dos servidores públicos federais, estaduais e municipais alertaram que a proposta representa um “cavalo de Troia” legislativo que, “sob o pretexto de combater privilégios, ataca direitos da maioria dos servidores públicos e compromete a oferta de serviços essenciais à população”.

“A posição da CNTE é clara: nossa luta é por concurso público. Hoje, já vivemos uma dura realidade na educação básica, com mais de 50% das contratações sendo temporárias, isso é precarização”, afirmou a secretária de Finanças da CNTE, Rosilene Corrêa.

“Além disso, vemos a terceirização avançando em várias funções dentro das escolas, o que agrava ainda mais o quadro. Por isso, é fundamental levar esse debate para dentro das escolas, dialogar com a comunidade escolar e mostrar que essa reforma administrativa, da forma como está proposta, é um prejuízo para toda a população”, completou.

O presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Gomes dos Santos, avaliou a reunião como um passo importante para romper com o que as lideranças sindicais viam como um silêncio prejudicial do governo. “Nós cobramos um posicionamento firme, claro e sem sofismas do governo sobre a reforma administrativa”, informou.

“A principal conclusão do encontro foi o anúncio de que Boulos se pronunciará publicamente contra os pontos mais sensíveis da proposta, deixando clara sua oposição ao projeto”, informou a Confederação.

“O mais importante é que estamos saindo daqui com novas pautas, e queremos louvar a agilidade do ministro Boulos, que em duas semanas permanece em contato e segue nos ouvindo”, comemorou João Domingos.

Publicamos abaixo artigo de Fernando Cesar Mota, Secretário do Serviço Público da CTB

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/2025, a chamada Reforma Administrativa, apresenta um conjunto de mudanças que, se aprovadas, prometem reestruturar profundamente a gestão de pessoas e a dinâmica do serviço público em todas as esferas de governo no Brasil. No entanto, uma análise cuidadosa dos pontos propostos revela mais fragilização do serviço público e limitação dos direitos dos servidores do que a tão prometida eficiência e combate aos privilégios.

Um dos pilares da PEC é o estabelecimento de diretrizes gerais para o ciclo laboral da gestão de pessoas nas administrações públicas direta e indireta em todos os Poderes. Isso abrange desde a estruturação de carreiras e concursos até a avaliação de desempenho e políticas de remuneração. Contudo, a reforma sinaliza uma preocupante abertura para a expansão da privatização dos serviços públicos e a influência de políticos para a contratação de servidores temporários.

O Risco da Privatização e Corrupção

As contratações no setor público terão suas legislações modificadas (flexibilizadas) em relação às parcerias com entidades sem fins lucrativos podendo estabelecer novas diretrizes para essas parcerias, o que permitirá expandir as privatizações nos serviços públicos por meio de organizações sociais e fundações de direito público ou privado, que poderá incluir colaborações com o setores religiosos por exemplo. Está abertura poderá gerar enormes facilidades de privatização e corrupção com o dinheiro público.

No que tange aos concursos públicos, a PEC 38 introduz requisitos que podem enfraquecer os órgãos e os servidores. A realização de concursos para cargos efetivos ou empregos públicos deverá ser precedida de avaliação do quadro de pessoal, priorizar carreiras transversais e ser justificada pela necessidade de contratações para alcançar objetivos e metas. Com a prioridade para carreiras transversais, servidores poderão desempenhar funções em órgãos sem estarem vinculados a eles, o que significa a desvalorização das carreiras públicas e consequente fragilização nas relações de trabalho no serviço público.

A PEC 38/2025 abre uma porta preocupante para a expansão da contratação temporária e sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) no serviço público, o que, de fato, facilita a manobra política e fragiliza a administração.

Os prejuízos e as facilidades de manobra relacionadas a essa mudança são:

A principal mudança está na regra de admissão de pessoal:

Fim da Obrigatoriedade do RJU: Com a desobrigação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em admitir servidores (as) sob o Regime Jurídico Único (RJU), os concursos públicos poderão passar a admitir servidores públicos pelo regime da CLT e temporários.

Regime de Emprego Público: O regime de trabalho de um empregado público passa a ser celetista, e não estatutário.

Fragilização Institucional: Essa possibilidade de admissão pela CLT e temporários fragiliza os órgãos e os servidores públicos.

A expansão da contratação temporária e celetista, em detrimento do servidor estatutário com estabilidade, cria um ambiente propício para a manobra política, caracterizada por:

O uso da contratação temporária como instrumento de clientelismo: O cargo temporário, por ter duração limitada e critérios de seleção mais flexíveis (muitas vezes processos seletivos simplificados em vez de concursos rígidos), pode ser utilizado por gestores para beneficiar grupos ou apadrinhados políticos. A ausência de estabilidade jurídica robusta torna o vínculo mais dependente da vontade política do gestor de plantão.

Rotatividade e Descontinuidade: O servidor temporário, por não ter vínculo de carreira com o Estado, foca no ciclo do governo que o contratou. Isso permite ao político substituir rapidamente o quadro de pessoal a cada mudança de gestão, preenchendo as vagas com pessoas de sua confiança ou base eleitoral, em vez de manter quadros técnicos estáveis, com-

prometendo a continuidade das políticas públicas.

Pressão Política e Ausência de Autonomia Técnica: O servidor celetista ou temporário, sem a garantia da estabilidade do Regime Jurídico Único, fica muito mais suscetível à pressão dos dirigentes. Há um risco maior de o corpo técnico ser compelido a tomar decisões não técnicas ou politicamente orientadas, pois o receio de não ter o contrato renovado ou de sofrer demissão por desempenho (outro ponto da PEC) é um poderoso instrumento de coação.

Limitação de Direitos e Progressão

As propostas impõem restrições significativas aos direitos e ao desenvolvimento dos servidores. Entre as vedações destacamos:

- Licença-prêmio, licença-assiduidade ou qualquer outra vantagem remuneratória decorrente apenas de tempo de serviço.

- Progressão ou promoção exclusivamente por tempo de serviço.

- Conversão em pecúnia de férias, folgas ou licenças não usufruídas.

- Extensão de qualquer direito ou benefício de uma carreira a outra.

- Instituição ou extensão de verba remuneratória baseada em desempenho ou parcela indenizatória para aposentados e pensionistas.

Essas proibições limitarão drasticamente o crescimento nas progressões e promoções.

Outro ponto que atinge diretamente os servidores é a proibição do reconhecimento e pagamento retroativo de verbas a agentes públicos por via administrativa. Com a PEC 38, isso só poderá ocorrer por decisão judicial transitada em julgado. Em outras palavras, o direito de reivindicar pagamentos atrasados administrativamente ou em mesa de negociação desaparecerá.

A obrigatoriedade de avaliações de desempenho regulares para agentes públicos, embora fundamental para a gestão, traz a sombra da demissão. O descumprimento das metas poderá levar a remunerações diferentes e, no pior cenário, à demissão de servidores públicos por falta de desempenho satisfatório.

Além disso, a extinção de cargos públicos considerados desnecessários ou obsoletos pode resultar na demissão de servidores estáveis que não consigam ser aproveitados em outro cargo de equivalência.

Nesses casos, o servidor ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço até ser aproveitado, ou poderá ser demitido com direito a indenização.

Em suma, a PEC 38/2025 se configura como uma autêntica “caça às bruxas” que, sob o pretexto de modernização, impõe severas restrições, fragiliza a estabilidade e desvaloriza a carreira dos servidores públicos nas três esferas de governo. É urgente um debate mais aprofundado e crítico sobre as consequências dessas medidas para a qualidade e continuidade dos serviços prestados à população.

Diante deste cenário de grave ameaça, é hora de agir!

Conclamamos todos os servidores públicos – efetivos, aposentados, e aqueles em estágio probatório – a unirem suas vozes em uma única e poderosa mobilização. A defesa do serviço público de qualidade passa, necessariamente, pela defesa de quem o faz.

Nossa missão é clara: barrar a aprovação da PEC 38/2025!

Cobrem, de forma incessante, os Deputados Federais de seus respectivos estados. Exijam que eles se posicionem publicamente contra esta Reforma Administrativa que não visa a eficiência, mas sim a precarização e a abertura para a corrupção e a privatização.

Utilizem todos os canais de comunicação: e-mail, redes sociais, telefones e visitas aos gabinetes. Façam saber que a aprovação desta PEC será um divisor de águas e que o voto de cada parlamentar será lembrado.

A resistência é a nossa ferramenta! Juntos, somos a força que preserva o futuro do serviço público brasileiro.

DIGA NÃO À PEC 38/2025!

Dino cobra explicações de Ratinho Jr. sobre privatização da Celepar

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), acatou nesta sexta-feira (7), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) contra a Lei nº 22.188/2024, do Estado do Paraná, que autoriza a privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar).

Na ação, os partidos afirmam que, ao permitir a venda do controle da empresa pública responsável pela gestão de sistemas e bancos de dados do governo estadual, o governador Ratinho Jr. (PSD) “viola a soberania administrativa e informacional do Estado do Paraná”, além de ferir o “direito fundamental à proteção de dados pessoais” e comprometer “serviços públicos essenciais”. O pedido solicita a suspensão imediata dos efeitos da lei e, em caráter definitivo, sua declaração de inconstitucionalidade.

Ao analisar o caso, o ministro Flávio Dino considerou que o tema possui “relevância da matéria e especial significado para a ordem social e a segurança jurídica”, e decidiu aplicar o rito que permite o julgamento direto do mérito pelo Plenário do STF, sem decisão provisória (liminar) anterior.

“Adoto o rito do art. 12 da Lei nº 9.868/1999, que assim preconiza: ‘Havendo pedido de medida cautelar, o relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica (...) poderá submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação’”, escreveu o relator.

Com a decisão, o ministro solicitou informações ao governador do Paraná e ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado, que terão dez dias para se manifestar. Em seguida, o processo será encaminhado ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República, para pareceres sucessivos, no prazo de cinco dias cada.

“Solicitem-se informações ao Governador do Estado do Paraná, bem como ao Presidente da Assembleia Legislativa Estadual e, após, dê-se vista ao Advogado-Geral da União e ao Procura-

dor-Geral da República. Publique-se”, determinou o ministro.

Enquanto o Supremo não julga o mérito da ação, a Lei nº 22.188/2024 permanece em vigor, e o processo de venda da Celepar não está suspenso.

Em setembro, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) promoveu uma audiência pública para discutir o processo de privatização da Celepar, ocasião em que foram apresentadas diversas críticas e preocupações sobre a transferência da companhia para à iniciativa privada.

Durante o debate, o deputado Arilson Chiorato afirmou que o projeto de privatização significa repassar ao setor privado bens e conhecimentos desenvolvidos com recursos públicos. Para ele, a proposta representa “uma apropriação indevida” do que foi construído pelo Estado.

“Querem fazer apropriação indevida, repassando ao setor privado muitas coisas desenvolvidas com dinheiro público, como fórmulas, desenhos, arquitetura e tantas outras”, disse o parlamentar, ao defender a manutenção do caráter público da empresa.

Chiorato também chamou atenção para um ponto que considera central: a substituição do software livre – sistema que, segundo ele, garante autonomia tecnológica ao Estado. “E substituir algo muito importante: o software livre”, completou.

A secretária de Tecnologia da Informação da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares (Fenadados), Márcia Mitsuko Honda Iizuka, alertou durante a audiência para a privatização da Celepar pode abrir um precedente com impacto em todo o país. “Qualquer decisão que adotarem no Paraná cria um precedente perigosíssimo. É a primeira empresa pública [de tecnologia] que está sendo privatizada em tempos de LGPD [Lei Geral de Proteção de Dados]”, destacou.

Segundo ela, empresas estatais de tecnologia de estados como São Paulo, Mato Grosso do Sul e Pernambuco também podem passar a ser alvo de processos semelhantes.





“Luz, câmera, emprego”, enfatiza Newsom Governador da Califórnia rechaça tentativa de Trump de taxar filmes estrangeiros

O governador da Califórnia, Gavin Newsom, aponta por duas vezes as ações de Trump que tem classificado de “estúpidas”. A primeira delas foi, ao final de setembro, que ameaçou de impor uma tarifa de 100% sobre filmes produzidos fora dos Estados Unidos como resposta à crise em que se vê mergulhado o setor. Reagindo as declarações no mesmo percentual, Newsom qualificou a proposta como “100% estúpida”.

Voltando à carga contra a Califórnia, Trump disse que o governador era “fraco e incompetente” e que seu Estado teria sido “particularmente afetado” pela transferência da produção cinematográfica para outros países, sem debater as contribuições que a Califórnia vem dando para virar o jogo.

Diante das provocações de Trump, foi a vez da assessoria de imprensa de Newsom esclarecer que o equívoco partiu do governo federal, pois houve uma queda no preço das ações dos estúdios após o governo federal ter apresentado a proposta de tarifas em maio. “O governador tentou explicar isso a Trump meses atrás – quando a proposta foi feita inicialmente – que suas ações causariam danos irreparáveis à indústria cinematográfica americana. A medida de hoje é 100% estúpida”, reiterou.

“Quase como se soubéssemos o que estamos fazendo. Quase como se Donald Trump absolutamente não soubesse”, acrescentou o governador, que pressiona pela expansão de créditos fiscais da Califórnia, que teve seu financiamento anual ampliado de US\$ 330 milhões para US\$ 750 milhões. Desde que a expansão entrou em vigor, a Comissão de Cinema da Califórnia aponta que as inscrições aumentaram 400% na primeira rodada de créditos disponibilizados.

Newsom integra uma ampla gama de democratas que se soma em defesa da indústria cinematográfica, sublinhando a necessidade de um crédito fiscal nacional dos EUA para a produção.

“Apelo veementemente o retorno da produção cinematográfica à Califórnia e o Congresso dos EUA deve aprovar um incentivo federal bipartidário e globalmente competitivo para o setor, a fim de trazer de volta a produção e os empregos, em vez de impor uma tarifa que poderia ter consequências indesejadas e prejudiciais”, sintetizou o senador Adam Schiff. Segundo o senador pela Califórnia, “temos a oportunidade de aprovar um importante crédito tributário federal para o cinema. Estou pronto para trabalhar com esta administração e meus colegas de ambos os partidos para que isso aconteça”.

A deputada Laura Friedman disse “se sentir aliviada por Trump reconhecer que estamos perdendo um produto americano emblemático: a indústria cinematográfica e televisiva nacional”. No entanto, alertou, esta tarifa de 100% sobre filmes estrangeiros somente “aumentará os custos para os consumidores”. “Como representante de quase todos os grandes produtores de Hollywood e ex-produtora de cinema, sei o que funcionará sem prejudicar os consumidores: um crédito fiscal nacional para filmes. Está funcionando na Califórnia e funcionará em todo o país”, sintetizou.

Friedman assinala que seria importante o governo federal se juntar ao governo do Estado na busca de uma solução real “que nivele o campo de atuação com a concorrência internacional”. “Continuarei a me reunir com legisladores, sindicatos e líderes da indústria para tornar realidade um crédito fiscal nacional para filmes, gerando milhares de empregos”.

Rússia está pronta a apoiar Venezuela frente à escalada de Trump, diz porta-voz Zakharova

Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russo enfatizou que Moscou exige “respeito ao direito internacional” e alertou os americanos que seu país está apto a atender um pedido de Caracas

“A Rússia demonstra solidariedade inabalável com a Venezuela e está preparada para responder de maneira adequada aos pedidos de Caracas, levando em conta tanto os desafios existentes quanto os potenciais. O mais importante agora é evitar qualquer escalada e promover soluções construtivas para os problemas existentes, com respeito ao direito internacional. No contexto da situação atual, mantemos contato contínuo e estreito com nossos amigos venezuelanos”.

Com estas palavras, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russo, Maria Zakharova, esclareceu nesta sexta-feira (7) que o seu país está mobilizado para se contrapor a qualquer aventura de Donald Trump contra a soberania do povo venezuelano.

Acusado de “narcoterrorista” por Washington, o presidente Nicolás Maduro tem recebido uma série de ameaças no último período, incluindo sua própria eliminação física. Demonstrando até onde é capaz de ir, Trump mandou para o Caribe o maior porta-aviões do mundo, dezenas de na-

vios e aeronaves de guerra, helicópteros de operações especiais e um submarino nuclear. Afrontando a legislação internacional e a própria ONU mandou explodir pequenas embarcações pesqueiras – venezuelanas e colombianas – acusadas de transportar drogas para abastecer os milhões de dependentes químicos estadunidenses.

Zakharova reiterou o compromisso com a paz e que ao explicitar que garantirá todas as condições para que o povo venezuelano se defenda busca evitar uma maior escalada de tensões na região do Caribe, pois isso não seria bom para ninguém.

Reforçando o direito da Venezuela a defender-se de ataques externos, Nicolás Maduro defendeu o apoio militar de Moscou, com ações como reparos em caças Sukhoi, de fabricação russa, atualizações em sistemas de radar e envio de sistemas de mísseis.

O arsenal venezuelano conta com inúmeros equipamentos russos em sua composição, sendo o sistema S-300 de defesa aérea, o ponto mais forte do seu poderio, mas que precisa ser modernizado em virtude das sanções econômicas impostas ao país.

Para Zakharova, qualquer operação militar dos EUA contra a Venezuela viola a legalidade e levará apenas ao agravamento dos problemas e não à sua resolução.

Unicef condena bloqueio de 1 milhão de seringas para vacinação por Israel



Caminhões bloqueados por Israel diante da passagem de Rafah

Netanyahu mantém palestinos em uma prisão subterrânea e sob tortura, revela investigação

Dezenas de palestinos de Gaza estão sendo mantidos em uma prisão subterrânea israelense, onde são privados de luz natural, alimentação adequada e qualquer comunicação com suas famílias ou o mundo exterior, de acordo com uma investigação exclusiva da jornalista Emma Graham-Harrison. As informações são baseadas em relatos de advogados do Comitê Público Contra a Tortura em Israel (PCATI), que tiveram acesso ao local.

A instalação, conhecida como Rakefet, abriga detidos sem acusação formal ou julgamento, incluindo um enfermeiro preso desde janeiro e um adolescente mantido por nove meses. “Embora a guerra tenha oficialmente terminado, [os palestinos de Gaza] ainda estão presos em condições de guerra violentas e contestadas legalmente, que violam o direito internacional humanitário e configuram tortura”, afirmou o PCATI em documento citado pela repórter.

Segundo a apuração de Graham-Harrison, a prisão de Rakefet foi reaberta por ordem do ministro da Segurança de extrema-direita, Itamar Ben-Gvir, após os ataques de 7 de outubro de 2023. Originalmente fechada na década de 1980 por ser considerada desumana, a estrutura subterrânea submete os detentos a um regime de isolamento total.



Nazista Gvir diz que “lugar de palestino é debaixo do chão”

Tal Steiner, diretor executivo do PCATI, explicou à jornalista que manter pessoas no subsolo sem luz solar por meses tem “implicações extremas” para a saúde psicológica. “É muito difícil permanecer inteiro quando se é mantido em condições tão opressivas e difíceis”, disse Steiner. O confinamento também afeta a saúde física, prejudicando funções biológicas básicas, como os ritmos circadianos e a produção de vitamina D.

TORTURAS

Dois civis representados pelo PCATI – um enfermeiro de 34 anos e um jovem vendedor de 18 anos – relataram espancamentos frequentes, ataques com cães e negligência médica. Os advogados Janan Abdu e Saja Misherqi Baransi, que visitaram a prisão em setembro, descreveram à repórter condições degradantes: celas superlotadas sem ventila-

ção, restrição de movimento a apenas cinco minutos em dias alternados e celas praticamente vazias, com colchões removidos por até 20 horas seguidas.

“Perguntei-me: se as condições na sala dos advogados são tão humilhantes, então qual será a situação dos presos?”, questionou a advogada Janan Abdu em depoimento a Graham-Harrison. “A resposta veio logo, quando os conhecemos”. Os detentos foram trazidos curvados, com guardas forçando suas cabeças para o chão, e permaneceram acorrentados pelos pés e mãos durante o encontro.

O Serviço Prisional Israelense (IPS) não respondeu a questionamentos específicos sobre a identidade dos presos ou as condições em Rakefet, limitando-se a afirmar que “opera em conformidade com a lei”.

Manifestantes tomam as ruas de Estocolmo em repúdio a violações do cessar-fogo por Israel

“Crianças estão morrendo em Gaza”, “Escolas e hospitais estão sendo bombardeados”, “Parem o ataque ao Líbano” e “Acabem com a escassez de alimentos”, diziam faixas portadas por manifestantes no centro da Estocolmo em solidariedade ao povo palestino atacado pelas forças fascistas israelenses na Faixa de Gaza e que prosseguem apesar da declaração de cessar-fogo.

Milhares condenavam os crimes cometidos pela ocupação aos brados de “Israel assassino, saia da Palestina”, “Israel assassino, saia de Gaza” e “Cessar-fogo imediato, pleno e incondicional”.

Os manifestantes se reuniram no bairro de Odenplan, no centro de Estocolmo, com a participação de partidos e organizações suecas, além de membros do parlamento e outras figuras políticas proeminentes, e marcharam em direção ao parlamento sueco.

Portando bandeiras palestinas, eles também exigiram o fim do genocídio em Gaza e alertaram que a fome deliberada e o deslocamento forçado de civis constituem graves crimes de guerra, e instaram o governo sueco e a comunidade internacional a tomarem medidas urgentes para pressionar por um real cessar-fogo e garantir a entrega irrestrita de assistência humanitária.

Mattias Gardell, professor da Universidade de



“Crianças estão morrendo”, denunciam suecos

Uppsala, acusou o governo sueco de permanecer em silêncio diante dos crimes cometidos por Israel contra os palestinos.

Em declarações à agência Anadolu, Gardell enfatizou que o governo sueco deve tomar medidas contra o genocídio e afirmou: “Vemos como o governo israelense de extrema-direita de Netanyahu está levando os palestinos para campos de extermínio, ou seja, campos de concentração. Vemos como Israel usa a ajuda humanitária e de emergência enviada aos palestinos como isca para atirar e matar pessoas”.

“Queremos que o governo sueco se posicione contra o genocídio de Israel de acordo com o direito internacional, conforme exigido pela democracia liberal”, acrescentou Gardell.

Falando em nome dos organizadores do protesto, o professor apontou que os manifestantes exigem que Estocolmo pare de

vender armas a Israel, que as empresas israelenses que continuam a cometer genocídio sejam boicotadas e que a cooperação seja suspensa.

“Exigimos veementemente que os culpados de genocídio na Palestina sejam julgados em Haia”, frisou Gardell.

PRISÃO PARA NETANYAHU

Rejeitando os apelos internacionais por um cessar-fogo, as forças genocidas israelenses sob o comando de Benjamin Netanyahu, têm mantido uma ofensiva mortal contra Gaza, desrespeitando o acordo de cessar-fogo de 11 de outubro, matando 242 pessoas e ferindo 622 nesse último período. O saldo da agressão à Faixa de Gaza desde 7 de outubro de 2023 se aproxima 70 mil assassinatos. Em novembro de 2024, o Tribunal Penal Internacional emitiu mandados de prisão contra Netanyahu.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) afirma que itens essenciais para vacinação infantil, inclusive seringas, estão tendo a sua entrada proibida por Israel

Um milhão de seringas estão bloqueadas desde agosto, advertiu a Unicef, assim como as geladeiras movidas a energia solar usadas para armazenar os frascos de vacina.

O Unicef lançou a primeira de três rodadas de imunizações no domingo (9) para atingir mais de 40 mil crianças menores de três anos que não tomaram as vacinas de rotina contra a poliomielite, o sarampo e a pneumonia, após dois anos de guerra em Gaza.

No primeiro dia da campanha, o Unicef imunizou mais de 2.400 crianças com várias vacinas.

Israel também está bloqueando a entrada de 938 mil frascos de fórmula infantil pronta para uso – alimento para bebês –, além de peças de reposição para caminhões de água, registrou a Reuters.

O bloqueio é aplicado pelo exército de ocupação sob o pretexto de que seringas, geladeiras a energia solar e alimento para bebês seriam artigos de “dupla utilização”, civil e militar.

Um pretexto quase civilizado, em comparação com as conclamações dos mais notórios criminosos de guerra de Israel a matar palestinos pela fome ou a considerá-los “inumanos”, todos, mulheres, crianças, idosos, “é tudo Hamas”, como já denunciado à Corte Internacional de Justiça de Haia.

Em Genebra, sede do Unicef, o porta-voz Ricardo Pires disse que a organização tem “encontrado muita dificuldade para que esses itens passem por liberação e inspeção, embora sejam urgentes”. “A campanha de vacinação já começou, mas ainda temos duas rodadas pela frente, e para isso precisamos de mais suprimentos”.

CARÊNCIA

“Quase 1 milhão de garrafas [de fórmula infantil pronta] poderiam estar chegando às crianças que sofrem de diferentes níveis de desnutrição”, acrescentou Pires.

Segundo a Reuters, o braço militar israelense que operacionaliza o bloqueio, ou como alega, o “fluxo da ajuda”, e que atende pela sigla Cogat, “não respondeu imediatamente a um pedido de comentário”.

Israel matou 241 palestinos após início do cessar-fogo em Gaza

Desde que o cessar-fogo entrou em vigor em 11 de outubro, o número de mortos e feridos pelas tropas de Israel chegou a 241 e 614, respectivamente. Pelo menos 522 corpos também foram recuperados.

O número de mortos na Faixa de Gaza continua a aumentar, chegando a 69.169, a maioria mulheres e crianças, desde o início da agressão israelense em outubro de 2023, segundo a última declaração do Ministério da Saúde. Pelo menos 170.685 pessoas também ficaram feridas, a maioria sem condições de receber qualquer atendimento médico.

Corpos, que foram recuperados dos escombros e doze feridos foram levados para hospitais em Gaza.

Este número permanece incompleto, pois muitas vítimas continuam presas sob os escom-

bro, inacessíveis para ambulâncias e equipes de resgate.

Agências especializadas da ONU, em parceria com o Ministério da Saúde de Gaza, iniciarão neste domingo(9) uma ampla campanha de vacinação infantil no território palestino. A ação pretende imunizar milhares de crianças após dois anos de agressão do governo Netanyahu e meses de bloqueio à ajuda humanitária.

“Após dois anos dos ataques israelenses, estima-se que 1 em cada 5 crianças em Gaza não tenha recebido vacinas essenciais” afirmou a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), em comunicado.

“A UNRWA, junto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e parceiros, está lançando uma campanha de imunização de reforço para alcançar 44.000 crianças com vacinas que salvam vidas e protegem da desnutrição”, apontou.

“Por sua vez, a UNRWA contribuirá através de 24 centros de saúde e postos médicos em toda a Faixa de Gaza, apoiando este esforço vital para restabelecer os cuidados essenciais para as crianças de Gaza”, comunicou.

A mobilização envolverá 600 profissionais de saúde. O UNICEF e a OMS também trabalham na recuperação de 35 centros de saúde destruídos ou danificados durante a guerra, ampliando os pontos de atendimento. De acordo com um comunicado do Escritório Central de Estatísticas da Palestina, divulgado em abril, as crianças representam 47% da população total da Faixa de Gaza, totalizando aproximadamente 980.000 pessoas.

Esta campanha de vacinação ocorre após dois anos de agressão israelense que causou um colapso quase total do sistema de saúde e interrompeu os programas de imunização, privando centenas de milhares de crianças de suas vacinas essenciais sem que haja por parte do governo genocida de Netanyahu qualquer preocupação com esse desastre.

PAPA CONTRA O BLOQUEIO

“Durante o encontro cordial, foi destacada a necessidade urgente de prestar assistência à população civil em Gaza e de pôr fim ao conflito, buscando a perspectiva de uma Solução de Dois Estados”, aponta o comunicado do Vaticano em uma nota concisa, acrescentando que a audiência ocorreu por ocasião do décimo aniversário do Acordo Global entre a Santa Sé e o Estado da Palestina.

A Santa Sé reconheceu oficialmente o Estado da Palestina em 2015 por meio de um acordo bilateral e sempre apoiou a solução de “Dois Estados” para conseguir a paz, reconhecendo Jerusalém com um estatuto especial para garantir a liberdade religiosa.

A reunião ocorreu no palácio apostólico e simbolizou um gesto diplomático importante, num momento em que a ONU continua a pedir que Israel abra as passagens fronteiriças para permitir a entrada de água e alimentos no território devastado pelo conflito.

Trabalhadores italianos fazem greve contra cortes de gastos públicos e arrocho salarial

Os principais sindicatos da Itália convocaram greves durante todo o mês de novembro em setores-chave da sociedade e economia do país — educação, saúde e transporte — em protesto contra a lei orçamentária de 2026, conhecida como Manovra, promovida pelo governo da primeira-ministra de extrema direita, Giorgia Meloni.

Em comunicado conjunto, a Confederação dos Comitês de Base (Cobas) e a União Sindical de Base (USB) ressaltaram que o protesto “não é apenas uma luta salarial, mas uma defesa do Estado social contra a lógica dos cortes e a privatização do público”, sublinhando que o Manovra 2026 impõe uma nova rodada de arrocho, limitando o investimento público e favorecendo o setor privado em áreas estratégicas como saúde, educação e transporte.

As mobilizações, que começaram em 4 de novembro, refletem o crescente descontentamento social com os cortes nos gastos públicos e as reformas trabalhistas incluídas no plano econômico de Meloni, percebidas pelas organizações sindicais como um golpe para os trabalhadores e os serviços essenciais.

O setor da educação foi o primeiro a se mobilizar. O sindicato União Independente de Escolas e Meio Ambiente (Sisa) convocou uma greve nacional de professores, funcionários administrativos e universitários para exigir aumentos salariais e orçamentos adequados para escolas e universidades públicas.

Os médicos de clínica geral organizados na União Nacional Autônoma dos Médicos Italianos (Snami) suspenderam os atendimentos ambulatoriais em 5 de novembro, das 8h às 20h, mantendo apenas os serviços de emergência e cuidados paliativos. Eles reivindicam condições de trabalho dignas e maior investimento em saúde pública.

Um dia depois, em 6 de novembro, mais de 60 mil trabalhadores da indústria farmacêutica também participaram do protesto após o fracasso das negociações para um novo contrato coletivo, cujo último acordo venceu em 2024.

Em 7 de novembro, os trabalhadores do transporte em Milão, filiados ao sindicato Cobas, realizaram uma greve de 24 horas que afetou trens, ônibus e bondes, paralisando a mobilidade na capital econômica do país.

GREVE GERAL

O ponto culminante das mobilizações está previsto para 28 de novembro, quando as organizações sindicais Cobas e USB convocaram uma greve geral nos setores público e privado.

O transporte ferroviário será interrompido por 24 horas a partir das 21h do dia 27 de novembro, enquanto o tráfego aéreo e as operações rodoviárias cessarão a partir das 22h do mesmo dia.

Além disso, a USB convocou uma grande manifestação em Roma no dia 29 de novembro, na qual se espera a participação de milhares de trabalhadores, estudantes e movimentos sociais em defesa dos direitos trabalhistas e contra a política econômica do governo.

De acordo com os organizadores, as medidas do governo Meloni aprofundam a desigualdade e ameaçam enfraquecer os serviços sociais, enquanto o custo de vida continua a subir e a inflação afeta duramente as famílias trabalhadoras.



Greves de transportes (foto redes sociais)

China avança revolução das tecnologias de energia renovável

A China está na vanguarda no desenvolvimento e exportação de tecnologias de energia verde renovável. O rendimento do país na base de energia renovável já supera o dos EUA com combustíveis fósseis.

No final do ano passado, a China registrou a capacidade em energia solar de 887 gigawatts, quase o dobro do total combinado da Europa e da América. Em 2024, Pequim gastou mais de 22 milhões de toneladas em aço na construção de turbinas eólicas chegando a produzir 1 terawatt de energia renovável em um ano.

A China é pioneira na produção de energia verde, sendo a potência indus-

trial que se tornou, o país encontrou novas formas de desenvolvimento de uma indústria que use uma energia limpa de baixo custo.

O país asiático se tornou poderoso também pela sua capacidade de gerar energia limpa em uma escala planetária, diferente da noção da Guerra Fria pela posse de armamento nuclear e grande extensão territorial.

Os chineses estão remodelando a geopolítica no combate às mudanças climáticas unindo interesses econômicos com o de descarbonização, providenciando energia limpa e barata para países que estão com dificuldade em adotar fontes limpas e de de baixo custo.

Rendição das forças neonazistas de Kiev bate recorde em outubro



Clima de não dá mais tomou conta das forças armadas ucranianas

Holanda se submeteu a Trump e agora terá que “devolver” Nexperia aos chineses

O governo da Holanda aceitou se submeter à pressão de Donald Trump e expropriou a empresa chinesa Nexperia, que faz parte do grupo chinês Wingtech, fabricante de chips, com sede na Holanda. A alegação arranjada de última hora pelo país europeu foi de que haveria problemas de “segurança nacional” com a produção de chips pela empresa chinesa na Holanda.

Trump havia exigido dos holandeses que intervissem na empresa chinesa que funciona na Holanda. O país europeu obedeceu às ordens de Washington e tomou a empresa de assalto. Pequim reagiu imediatamente acusando a Holanda de desrespeitar as leis internacionais. Agora, o país europeu se desmoralizou. Ficou de fora dos acordo entre EUA e China e terá que devolver a empresa aos chineses. O fato mostra claramente que não é um bom negócio se submeter a Trump.

A empresa chinesa, já sob a intervenção do governo holandês, parou de enviar insumos para a sua congênera chinesa, a Nexperia China, que monta e embala os chips e os exporta para várias partes do mundo. A China anunciou, então a interrupção das exportações de chips. A indústria automobilística do mundo todo sentiu imediatamente o impacto da decisão, inclusive a indústria brasileira. A falta de chips ameaçou paralisar a fabricação de automóveis no mundo todo.

A Nexperia China continuou enviando seus chips normalmente para montadoras de carros “domésticas”. A Europa entrou em pânico com a falta de chips para a montagem de seus veículos. Recentemente, a embaixada chinesa no Brasil confirmou que a empresa estava negociando com o governo brasileiro o envio excepcional de chips para montadoras instaladas no Brasil.

A Holanda ficou totalmente de fora das negociações entre China e EUA e só foi comunicada do acordo econômico e comercial alcançado na semana passada



Nexperia, fabricante chinesa de chips na Holanda

entre os dois países. A China condicionou entre, outras coisas, a liberação de sua empresa na Holanda para que o acordo pudesse avançar. Com a decisão, os chips da empresa poderão ser entregues a clientes na Europa, Estados Unidos e em todo o mundo nos próximos dias.

O governo dos Países Baixos será obrigado a abandonar o controle intempestivo da Nexperia e recuar na medida que causou uma verdadeira escassez de chips para carros em todo o mundo. O ministro da Economia da Holanda, Vincent Karremans, disse que confia que, com o acordo firmado entre China e EUA, os chips fabricados pela Nexperia chegarão a clientes na Europa e no resto do mundo. Com esse recuo do governo holandês, a Nexperia poderá “se unir” novamente a sua controladora chinesa.

A Bloomberg deu a notícia de que o governo holandês terá que anular a ordem ministerial anteriormente concedida para bloquear ou alterar o poder de decisão das principais empresas da Nexperia e desistir do controle da empresa “já na próxima semana”. O chamado “con-

trole” da empresa, que foi arrebatado à força, foi usado como moeda nas negociações entre EUA e China, e, segundo o lado chinês, os ladrões do governo holandês terão que mostrar seus rostos.

Os Países Baixos deverão assumir total responsabilidade por este processo. A China, ao contrário, em linha com sua atitude responsável em relação à estabilidade e segurança da cadeia global de produção e fornecimento de semicondutores, aprovou prontamente os pedidos de licença de exportação relevantes dos exportadores chineses e isentou as exportações elegíveis, e se esforça para promover a retomada do fornecimento.

A China espera que a Holanda encontre o país asiático no meio do caminho de maneira responsável, com a perspectiva de manter a situação geral das relações econômicas e comerciais China-Holanda e China-UE e a estabilidade e segurança da cadeia global de produção e suprimentos. Pequim quer que o governo pare de interferir nos assuntos internos das empresas e encontre soluções construtivas para o problema dos semicondutores.

PC da Índia governa o 1º Estado a erradicar pobreza extrema

da Índia.

Em fevereiro de 2021, a China havia se tornado o primeiro país do mundo a anunciar o fim da pobreza extrema, uma década antes do prazo estabelecido pelas Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. Para o embaixador chinês na Índia, Xu Feihong, a conquista do governo de Kerala deve ser parabenizada por todos, já que “eliminar a pobreza é a missão comum da humanidade”.

Em maio de 2021, o governo da LDF lançou o Projeto de Erradicação da Pobreza Extrema (EPEP), que focou nas 64 mil famílias que necessitariam ser priorizadas no acesso à alimentação, renda, moradia e saúde. Desta forma, nos últimos quatro anos foram realizados esforços direcionados para integrar a cada uma destas famílias, envolvendo o conjunto das agências governamentais a fim de alcançar a meta.

Leia mais no site do HP

Informação foi divulgada pela BBC na última sexta-feira, com base em dados da Procuradoria Geral. Números da debandada podem ser ainda maiores

A ofensiva russa está forçando as tropas de Kiev a debandarem em massa, com o número de soldados que abandonaram seus postos sem permissão no mês de outubro ultrapassando os 21 mil, um a cada dois minutos, relatou a BBC Ucrânia na última sexta-feira (7).

Esta foi a maior quantidade mensal de denúncias de defeção nos últimos quatro anos do conflito na Ucrânia com a Rússia, afirmou a emissora, baseada em dados recentes fornecidos pela Procuradoria-Geral.

“21.602 em outubro... Isso é um recorde. Um recorde muito ruim”, reconheceu o ex-parlamentar ucraniano Igor Lutsenko, que agora serve nas forças armadas, admitindo que o número real pode ser ainda mais devastador. “Esses são apenas os dados oficiais. Na realidade, muitos casos de deserção ou ausência sem justificativa não são registrados”, acrescentou. Até então o recorde pertencia a setembro de 2023, quando foram computadas mais de 17 mil fugas das trincheiras.

Conforme Lutsenko, as forças ucranianas na linha de frente estão sob “enorme pressão, porque uma carga dupla ou tripla recai sobre cada soldado que não fugiu”. “Temos enormes lacunas em nossa defesa na frente de batalha por causa disso”, reconheceu.

Atorreado frente ao avanço russo, o governo de

Zelensky tem intensificado sua campanha de recrutamento forçado nos últimos meses, na tentativa frustrada de compensar a multiplicação de baixas e fugas.

O comissário parlamentar ucraniano para os Direitos Humanos, Dmitry Lubinets, reconheceu ao jornal Ukrainskaya Pravda que o número de denúncias sobre o recrutamento forçado dobrou desde o início de junho em comparação com os primeiros cinco meses do ano.

Inúmeros vídeos de testemunhas oculares têm circulado mostrando cenas de jovens em idade militar sendo emboscado por agentes do governo nas ruas, que os forçam a entrar em veículos e entrando em confronto físico com aspirantes a recrutas e transeuntes. Essa prática fascistóide comandada por Zelensky é agora conhecida como “busificação” – (empurrar para dentro de micro-ônibus ou vans (em inglês, “bus”) – e tem ampliado o isolamento do governo em toda a Ucrânia, expondo o cansaço da população com os efeitos nefastos da guerra.

Diante da força das imagens e das comoventes denúncias dos jovens, só restou ao governo apelar para a mentira e restringir ainda mais o acesso aos meios de comunicação. O chefe da Comissão Parlamentar Ucraniana de Política Humanitária e de Informação, Nikita Poturaev, alegou que esses vídeos eram falsos ou feitos com inteligência artificial.

Moscou comemora sucesso de lançamento do torpedo Poseidon

Na terça-feira, 4, o presidente russo, Vladimir Putin, fez um discurso na cerimônia de premiação da equipe que trabalhou no desenvolvimento das novas armas do arsenal da Rússia, o torpedo submarino Poseidon e o míssil de cruzeiro Burevestnik. “O resultado que vocês alcançaram é, sem exagero, de significado histórico para o nosso povo. Garantia segurança e paridade estratégica nas próximas décadas, pode-se dizer com segurança, por todo o século 21”, declarou Putin.

“Nosso país não está ameaçando ninguém. A Rússia, como todas as outras potências, está desenvolvendo seu potencial nuclear e estratégico”, acrescentou.

Em um encontro em Moscou, 29 de outubro, com militares veteranos da guerra na Ucrânia, Putin falou com mais detalhes sobre o novo arsenal.

O drone submarino Poseidon, que foi anunciado primeiro em 2018, pode atingir uma velocidade muito mais rápida do que qualquer embarcação moderna que navegue na superfície, “em qualquer lugar do mundo quando se trata de velocidade e profundidade”, disse o presidente russo.

“Pela primeira vez, conseguimos não apenas lançá-lo de um submarino transportador usando um motor auxiliar, mas também iniciar sua unidade de energia nuclear, que impulsiona o drone”,

explicou Putin.

Já o reator do míssil Burevestnik, de acordo com Putin, “é comparável em produção com o reator de um submarino de propulsão nuclear, mas é 1.000 vezes menor”, disse. “O principal é que, enquanto um reator nuclear convencional inicia em horas, dias ou até semanas, esse reator nuclear inicia em minutos ou segundos. Essa é uma conquista gigantesca”, disse o presidente russo.

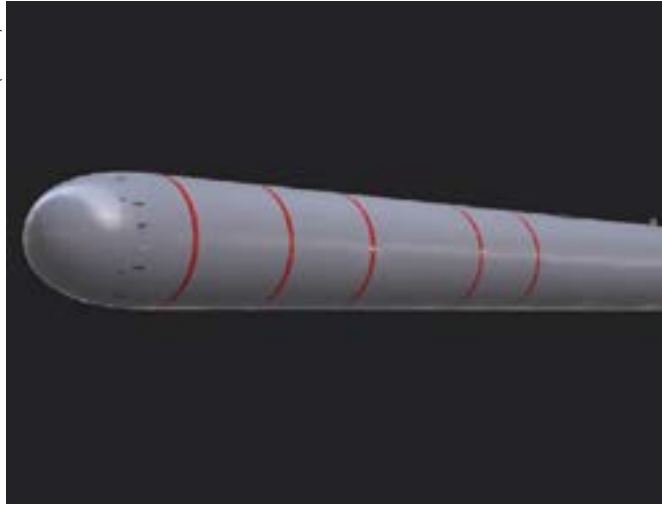
E o primeiro míssil movido a energia nuclear do mundo e com um sistema de propulsão que proporciona um alcance ilimitado, podendo ficar no ar durante dias. Para Putin essa nova tecnologia de propulsão nuclear teria aplicações civis, como por exemplo, para “abordar a segurança energética no Ártico e vamos usá-la no programa lunar”.

Durante o teste em meados de outubro, o Burevestnik viajou por mais de 14.000 km e permaneceu cerca de 15 horas no ar.

O Poseidon tem características que superam inclusive algumas das do míssil balístico intercontinental Sarmat, disse ainda Putin.

O Sarmat, que está em desenvolvimento, pode carregar 15 ogivas nucleares, foi aprovado para serviço militar em 2023 e é esperado que esteja ativo em um futuro próximo substituindo a família R-36M de mísseis balísticos com armas nucleares baseados em silos.

Leia mais no site do HP



Poseidon já está operacional, anuncia Putin

De como a invasão dos cartéis internacionais devastaram a promissora indústria brasileira

Foto: José Paulo Lacerda/CNI

(...) Por Álvaro Vieira Pinto, em “Pensamento nacional-desenvolvimentista”: “A indústria estrangeira é sempre indústria estrangeira. Na verdade, essa industrialização não constitui sinal de nossa expansão, mas da expansão estrangeira sobre nós. Não caracteriza o nosso próprio desenvolvimento, mas o desenvolvimento dos outros em nossa terra”

CARLOS PEREIRA

O texto a seguir tem o objetivo de contribuir para a discussão, pós XVI Congresso do PCdoB, sobre a importância crucial que a luta contra a dependência do capital estrangeiro tem historicamente para a revolução brasileira. Em síntese, a importância que a questão nacional tem para a vida econômica, política e cultural do nosso povo.

O texto procura reunir extratos dos mais significativos estudos sobre a atual fase de desenvolvimento do capitalismo nacional.

I Sobre os cartéis

Lenin, em seu livro **O imperialismo, etapa superior do capitalismo** previu o esgotamento da livre concorrência e a monopolização da economia. Para o líder da revolução russa, “os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento etc. Repartem os mercados de vendas. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços, distribuem os lucros entre as diferentes empresas, etc”.

“As relações de dominação e a violência ligada a essa dominação, eis o que é típico da fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo, eis o que inevitavelmente tinha de derivar, e derivou, da constituição de monopólios econômicos e todo-poderosos”.

“O monopólio abre caminho em toda parte, valendo-se de todos os meios, desde pagamento de uma modéstia indenização até o recurso americano do emprego da dinamite contra o concorrente”.

II Sobre o capital financeiro

Capitalista coletivo e a subordinação dos monopólios aos bancos

Para Lenin, “os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio de suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras –, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, após controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando ou dificultando e, finalmente, decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em

grandes proporções, etc”.

A exportação de capitais e controle do mercado

Segundo o revolucionário soviético, nos países atrasados “o lucro é, em geral, elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e o salário relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados já terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial”.

III Estado Colonial

O golpe de 1964 retrocedeu o estado brasileiro para um estado colonial. O Brasil passa a seguir as cartilhas do imperialismo...

Em depoimento chocante, Kurt Rudolf, industrial que sofreu na própria pele as manobras de um cartel internacional, não se limita ao testemunho pessoal. Investiga, em profundidade, os problemas que as grandes corporações estrangeiras geraram na economia brasileira em seu livro **A ditadura dos Cartéis**, quando o Estado brasileiro regrediu para um estado colonial.

1 – **Consul**: “Quando Witlich Freitag, da Consul, aos 66 anos, decidiu equivocadamente, fabricar compressores de frio para geladeiras, item de apreciável peso na pauta de importações brasileiras, o BNDE (na época não tinha o “S”) pediu-lhe, para eventual concessão de recursos necessários à execução do projeto de interesse nacional, vastas garantias pessoais, incluindo o habitual aval dos familiares. O Conselho Interministerial de Preços, por sua vez, no afã de controlar a inflação, resolveu limitar os preços e os lucros da empresa Consul, cobiçada pelo cartel internacional da indústria eletroeletrônica.

Assim, acuado diante da opção habitual, ou seja, entre a falência ou alienação, o velho empresário, cansado, decidiu entregar sua empresa à Philips, garantindo o emprego de seus 2.300 funcionários. O governo brasileiro, então, vetou a venda do controle do empreendimento a empresa estrangeira.

2 – **Denunciou a elite colonizada**: “Mas não só os americanos criaram dificuldades para a instalação de Volta Redonda. Mesmo eminente brasileiro, como doutor Eugênio Gudin, considerava um absurdo que o Brasil construísse uma usina para produzir 100 mil toneladas de aço, quando não havia mercado interno para tanto”.

3 – **A aristocracia operária**: “Evidente a quem tem um gigantesco super lucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalistas extraem aos operários do seu próprio país) permite subornar a dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. Os capitalistas dos países avançados subornam-nos efetivamente e fazem-no de mil e uma maneiras diretas e indiretas, abertas e ocultas. Essa camada de operários aburguesados ou de



aristocracia operária, inteiramente pequenos burgueses pelo gênero de vida, pelo serviço dele por toda a sua concepção de mundo, constitui hoje em dia o principal apoio social não militar da burguesia” (dos países centrais).

4 – **A sabotagem**: “A Firestone, fábrica de pneus, condenada por abuso de poder econômico, investiu no Brasil 4,1 milhões de dólares e expatriou 50,2 milhões de dólares, que certamente poderiam ter sido economizados, houvesse apoio ao desenvolvimento da Fábrica de Pneus Brasil, falida há anos”.

5 – **Equipamentos elétricos transformadores e equipamentos hospitalares**: “Os exemplos de substituição de produtos brasileiros por equipamentos importados são muitos. Em 1975 uma revista especializada, a Electrical Week, anunciou nos Estados Unidos que a General Elétric resolvera fechar sua fábrica de grandes transformadores no Brasil, justamente numa época de elevada demanda do mercado interno e, após o aniquilamento das indústrias locais por meio de procedimentos predatórios, realizando verdadeira operação de dumping contra produtores médios brasileiros que, de fato, sucumbiram, deixando limpa a área à atuação da Philips e suas associadas. Siemens e a Philips fecharam em 1975 sua fábrica de equipamentos hospitalares e disjuntores elétricos”.

6 – **Fertilizantes**: A fim de habituar o lavrador brasileiro desde já ao uso de fertilizantes, foi fornecido ao Brasil, a partir de 1968, adubo a custos marginais.“Em 1973 os preços de fertilizantes de modo geral quadruplicaram. O produto da venda de 10 sacos de arroz, ou duas sacas de café, ou nove sacos de soja, ou 20 sacos de milho era o bastante para pagar uma tonelada de fertilizante. Os nossos fazendeiros, em 1974, tiveram que dispor de 20 sacos de arroz, ou quatro sacos de café, ou 20 sacos de

soja, ou 36 sacos de milho para que pudessem comprar a mesma quantidade de fertilizantes. O exagerado aumento dos preços dos fertilizantes não deixou de ter consequências, houve queda acentuada de consumo com reflexo inevitáveis sobre a produção agrícola futura e, a fim de compensar o preço elevado de fertilizantes, o governo brasileiro resolveu, em janeiro de 1975, conceder uma subvenção de 40% nos preços dos fertilizantes”.

7 – **Navios**: “Gerente e vendedores de corporações possuem normalmente participação nos lucros, existindo, pois, forte incentivo monetário a eliminação de concorrentes por meio de sabotagem industrial. Uma companhia de navegação pesqueira da Alemanha que ousou a desafiar o cartel do pescado, do qual, entre outras, participa a firma Unilever, sofreu acidentes bastante graves que culminaram no afundamento do navio de pesca Teutônia a bordo do qual desconhecidos tinham danificados válvulas de água de refrigeração”.

IV A resistência da burguesia nacional

Para Kurt Rudolf, “resistir ao controle das corporações multinacionais e dos cartéis se impõe, não só por razões do desenvolvimento econômico, da justiça social, mas também pelo bem da liberdade individual de cada homem”. Ressalta alguns exemplos:

1 – “A Siemens, adquirindo a empresa Schorch, resolveu parar a produção nacional enquanto o país importava vagões da Iugoslávia e da Romênia. A fábrica Nacional de Vagões operava com 30% de sua capacidade, passando a brindar clientes com chuveiros que mostravam sua linha principal de produção: autopeças”.

2 – “O presidente da federação e do centro de indústrias do Estado de São Paulo, Antônio Davisati, em discurso pronunciado em Sorocaba, em maio de 1956, dizia: criou-se uma verdadeira discriminação contra a indústria Nacional, pois, em virtude dos altos ágios, torna-se quase impossível a renovação de suas maquinarias, resulta na prática a impossibilida-

de, dentro do regime cambial da indústria Nacional promover a renovação de sua maquinaria”.

3 – “O presidente da AB-DIB (Associação Brasileira da Indústria de Base), engenheiro Cláudio Bardell, foi mais claro em conversa com repórteres. Indagado sobre o que significava aceitar as condições do Banco Mundial, ele respondeu: todas as concorrências serão abertas às empresas estrangeiras, que vão ficar com grande parte, e como os repórteres perguntassem por que o Brasil aceitou essas condições do Banco Mundial, respondeu: porque é um país pouco inteligente”.

4 – “Em 1966, a Mescli, vendo reconhecidos seus esforços de criação de tecnologia própria, recebeu da Petrobrás um contrato para fabricação de 22 turbinas com capacidade de até 2.000 cavalos.

Instrução confidencial do governo federal, enviada a todas as corporações estatais, recomendando contratação de equipamentos somente com quem possuísse now how do exterior, fez a Petrobrás, após ter recebido uma proposta para fabricação de turbinas estrangeira (Rateaul do Brasil), cancelar contrato com a Mescli, que, melancolicamente foi à falência”.

V Brasil verde e amarelo

De Getúlio, João Goulart, da Petrobrás, da CLT, da industrialização, do salário mínimo decente, dos sindicatos, da Carta Testamento, do pensamento nacional desenvolvimentista

O Brasil, a partir da revolução de 30, durante 50 anos, cresceu, em média, 7% ao ano. Foi o país que mais cresceu no mundo. O crescimento acelerado foi germinado nas crises do imperialismo.

Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, “a pressão externa, que não cessa de avultar, sofre, porém, três pausas pouco intervaladas: a guerra mundial de 1914 a 1918, a crise de 1929 e a guerra mundial de 1939 a 1945. Essas três pausas permitem a estrutura Nacional de produção dar três saltos e, mais do que isso, altera fundamentalmente a fisionomia econômica do país, que permitiram a capitalização nacional

e o transitório desafogo e que se fortaleceu para enfrentar as pressões inexoráveis que se sucederam a cada uma. Essa capitalização operou-se particularmente pela possibilidade de montar um parque industrial de substituição de importações com todos os reflexos que tal industrialização espontaneamente acarreta, pela possibilidade de transferir recursos de um campo para outro”.

VI A ideologia desenvolvimentista

Por Álvaro Vieira Pinto, em “Pensamento nacional-desenvolvimentista”: “A indústria estrangeira é sempre indústria estrangeira. Na verdade, essa industrialização não constitui sinal de nossa expansão, mas da expansão estrangeira sobre nós. Não caracteriza o nosso próprio desenvolvimento, mas o desenvolvimento dos outros em nossa terra”.

“O próprio da colônia é não possuir consciência autêntica, é ser objeto do pensamento de outrem. Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional. A ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa”.

VII Romper com a dependência

Cláudio Campos, no **Informe ao 3º Congresso do MR8**, afirmou que “no Brasil de hoje, a questão nacional é exatamente o cerne e o centro da questão democrática”. Cláudio considerou que “o principal entrave ao desenvolvimento das forças produtivas do Brasil de hoje não é o caráter capitalista das nossas relações de produção, é o caráter dependente dessas relações: é essa dependência o que é preciso, centralmente, romper agora”, disse.

Segundo o então dirigente do MR8, “não há, em termos históricos gerais, outro caminho para o avanço em direção ao socialismo que não seja através do desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, o fato de estarmos diante de uma revolução que se coloca dentro dos marcos burgueses, não significa de forma alguma que a classe operária deva inibir-se à margem da luta”, concluiu.